



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

JUSTIFICATIVA: ABERTURA DE PROCESSO

O art. 1º, § 1º, do Decreto estadual nº 46.991/2020, afastou expressamente a aplicação das regras ordinárias da fase preparatória das contratações no âmbito do ERJ previstas no Decreto estadual nº 46.642/2019, de modo que não se aplica, consequentemente, o dispositivo referente à estimativa do valor da contratação, a qual, em situação de normalidade institucional, deveria ser feita “mediante consulta às fontes diversificadas de pesquisa”, como reza o art. 20, caput, do Decreto estadual 46.642/2020, bem como a observância aos parâmetros de *pesquisa de preços* do § 1º deste dispositivo.

Vale ressaltar que o caput do art. 4º-E, da Lei federal nº 13.979/2020 prevê que é admitida a apresentação de TR simplificado nas contratações para o enfrentamento do coronavírus, sendo certo que a pesquisa de preços é, apenas, um dos parâmetros previstos nas alíneas do inciso VI.

Se, por um lado, deve haver justificativa específica para a total ausência da estimativa de preço, como impõe o § 2º do referido dispositivo, tal não se confunde com a pesquisa de preços, ou seja, com a hipótese da alínea “e” do inciso VI: “pesquisa realizada com os potenciais fornecedores”.

Nada obstante, o § 2º, do art. 1º, do Decreto estadual nº 46.991/2020, que dispõe sobre as regras de dispensa de licitação para as contratações decorrentes do coronavírus, prevê que a estimativa de preços deverá ser obtida, “sempre que possível”, mediante 3 fontes.

Em que pese, o art. 4º do inciso VI da Lei 13.979/2020, versar sobre como deve ser constituída a estimativa de preços, **o §2º do mesmo artigo dispensa por excepcionalidade a estimativa preços mediante justificativa da autoridade competente**, tendo em vista a necessidade de enfrentamento emergencial que o caso requer, sendo um procedimento compulsório neste quadro atípico, AUTORIZO início dos procedimentos sem a pesquisa de mercado.

GABRIELL NEVES

Subsecretário Executivo

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos**,



Subsecretário, em 26/03/2020, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3938476** e o código CRC **D6ED6F29**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 3938476

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

A

SES/SUPLOG, e

SES/CQM,

Conforme orientação e autorização do senhor Subsecretario desta Pasta. Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavírus (COVID 19), com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020, bem como demais atos relativos a situação em questão, encaminhamos o presente processo objetivando a adoção das medidas necessárias para as aquisições emergenciais, conforme descrição e quantitativos abaixo.

Após a elaboração do referido termo, solicitamos que o processo seja enviado ao senhor Subsecretario para conhecimento e autorização do mesmo.

OBJETO	QUANTIDADE
MASCARA DUPLA C/ TIRAS CX C/ 100 UNID	3250
MASCARA TRIPLA C/ TIRAS CX C/ 50 UNID	2000
MACACÃO 2300 STANDARD AMARELO TAM. M	234
MACACÃO 1500 STANDARD BRANCO TAM. G	710
LUVAS DE PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO TAM. M	100

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos**, **Subsecretário**, em 26/03/2020, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3938502** e o código CRC **F36A9B09**.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À SUBEX/SES.

Trata-se da solicitação de aquisição de descartáveis, para atendimento ao processo SEI-080001/7047/2020 conforme despachos 3938502.

Considerando a Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Considerando o decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Considerando que essa área técnica não restringe a competição das empresas participantes.

Considerando que não há justificativa para alguma especificação do objeto que possa restringir a competição e que a documentação técnica exigida, não restringe a competição.

Considerando que o referido processo, não limita tempo ou época ou local específico.

Encaminhamos Termo de Referência 65/2020 para análise e autorização.

TERMO DE REFERÊNCIA - 65/2020

I. Objeto

Trata-se de aquisição de descartáveis essenciais para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19.

II. Justificativa

1. Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavirus (COVID 19), com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, encaminhamos o presente processo objetivando a compra em caráter emergencial do material abaixo relacionado conforme despacho (3938502).
2. Temos a informar que o item é um bem comum, nos termos da Lei 10520/2002, tendo padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações no mercado.

III. Relação dos materiais, especificações e quantidades planejada.

ITEM	CÓDIGO AUTOEST	ID	SIGA	ESPECIFICAÇÃO	UNID
------	-------------------	----	------	---------------	------

01			<p>Máscara c/100 dupla facial com 100 UND.</p> <p>Máscara comum, descartável, em TNT, dupla camada, modelo retangular, com medidas aproximadas: 20 x 10 cm e 3 pregas longitudinais, com dispositivo para ajuste nasal fixado no corpo da máscara, e 4 tiras laterais de comprimento adequado para fixação. Atóxica, hipoalérgica e inodora</p>	3250
02		6532.008.0010	<p>Mascara tripla c/ tiras cx c/ 50 unid</p> <p>Mascara cirúrgica descartavel, material mascara: tecido não tecido, quantidade camada: 3, clip nasal: metálico, formato: simples (retangular), material visor: n/a, gramatura: 30 g/m², filtro: n/d, fixação: amarras, cor: branca</p>	2000
03			<p>Macacão 2300 standard amarelo tam. M</p> <p>Macacão de corpo inteiro com capuz, impermeável com barreira protetora de produtos químicos líquidos inorgânicos (incluindo a penetração por sangue e fluidos corporais) tratamento antiestático. Deverá possuir capuz com ajuste, fechamento com zíper frontal e sobre posição. Deverá possuir elásticos no capuz, cintura e tornozelos. Tamanho: M, cor: amarela.</p>	234
			<p>Macacão 1500 standard branco tam. G</p> <p>Macacão de corpo inteiro com capuz, impermeável com barreira protetora de produtos químicos líquidos inorgânicos. (incluindo a penetração por</p>	

04			sangue e fluidos corporais) tratamento antiestético. Deverá possuir capuz com ajuste, fechamento com zíper frontal e sobre posição. Deverá possuir elásticos no capuz, cintura e tornozelos. Cor: branco, tamanho: G	710
05		6532.006.0010	Luvas de procedimento não cirurguço tam. M Luva procedimento descartável, tipo: não esterilizada, cor: natural, material: borracha natural (latex), tipo esterilização: n/a, desenho: ambidestra, acabamento: textura uniforme sem falhas, tamanho: médio, espessura: n/d, comprimento punho: formato anatômico da mão e ajuste ao antebraço, lubrificação: pó absorvível.	100
Total de itens: 05				
Requisitante: SUBEX/SES				

IV. Da avaliação técnica

1. Será exigida da primeira colocada apresentação de AMOSTRAS DOS ITENS na seguinte forma: folder, catálogo, manuais e ou declarações do fabricante que demonstrem tal especificação. A licitante da melhor proposta classificada na fase de lances fica obrigada sob pena de desclassificação, a apresentar imediatamente as Amostras.
2. As amostras apresentadas para análise deverão estar corretamente identificadas com etiquetas conforme modelo abaixo com: marca, fornecedor, tamanho, pregão e numeração do lote e o nome do licitante responsável pelo envio.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Pregão Eletrônico:

Processo nº E-08/xxxx/aaaa

Item nº 00: (nomear/ ANVISA)

Marca:

Fornecedor:

Tamanho:

3. O fornecedor que for o primeiro colocado em vários itens de um mesmo produto ou lote, deverá apresentar sob pena de desclassificação, as amostras para cada um dos itens por ele arrematados devido à necessidade de serem analisados por serviços diferentes.
4. As amostras deverão ser encaminhadas para a Coordenação de Licitação, localizada na Rua México, nº 128, 6ª andar, sala 605, Centro - RJ, CEP: 20.031-142.
5. A análise das amostras do produto cotado será realizada por profissionais habilitados da área técnica da Superintendência de Qualidade das Unidades de Saúde – SES/RJ, definido pela Coordenação de Qualificação de Material, onde serão avaliados itens como:
 - a. Será verificada a conformidade do produto com a especificação requerida no edital;
 - b. Será verificada se apresenta descrição no idioma português;
6. O Parecer Técnico a cerca do produto cotado será emitido pela Coordenação de Qualificação de Material após a:
 - c. Verificação da conformidade do produto com a especificação requerida no edital;
 - d. Verificação e análise da documentação técnica contida no edital;
 - e. Avaliação do produto (folder, catálogo, manuais e ou declarações do fabricante que demonstrem tal especificação) pela área técnica.
7. Caso ainda haja dúvidas na avaliação do produto a Coordenação de Qualificação de Material poderá solicitar mais amostras ao arrematante.
8. A desclassificação da proposta na forma prevista no item anterior acarretará a convocação do segundo colocado, adotando-se a mesma metodologia.
9. Todos os materiais listados deverão ser novos, nunca utilizados, sendo proibido o fornecimento de materiais usados ou recondiciona.
10. Considerando a situação de emergência na saúde pública conforme decreto 46.973 de 16 de março de 2020.
11. Considerando que o item é de extrema importância para manutenção dos cuidados aos pacientes internados.
12. Considerando que, excepcionalmente neste período de pandemia pelo COVID 19, a avaliação técnica será realizada por catálogo, sendo assim os itens solicitados devem possuir qualidades, apresentação conforme solicitação do ministério da saúde, eficácia para evitar danos ou traumas aos pacientes atendidos as Unidades da SES.
13. Considerando que o produto apresente defeito de fabricação, dificuldade na utilização da técnica o fornecedor deverá realizar a troca imediatamente ao ser solicitado.

V. Da documentação técnica

Será exigida do arrematante de cada item a apresentação de documentos em cópia autenticada, para a Qualificação Técnica conforme abaixo:

1. Atestado de Capacitação Técnica - ACT (pessoa jurídica), para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de um ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.
2. Licença de Funcionamento Sanitário – LFS, emitido pelo Órgão Sanitário competente. Caso a LFS esteja vencida, deverá ser apresentado também o documento que comprove seu pedido de revalidação.
3. Autorização de Funcionamento da Empresa – AFE (licitante) expedida pela ANVISA/Ministério da Saúde, compatível com o objeto da Licitação. Se tratando de distribuidora deverá também enviar a autorização de Funcionamento do fabricante do produto ofertado;
4. Certificado de Registro do Produto emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Exceto para os itens que possuem dispensa de Registro do produto.

Para os itens: 03/04/05.

- E. Certificado de C. A (Certificado de Aprovação) conforme Norma Regulamentadora nº6, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Para os itens 03 e 04.

- F. Laudo Técnico de Laboratório Credenciado pelo INMETRO de repelência a líquidos conforme ABNT-NBR 14025.

VI. Considerações para as entregas

- A. Local de entrega – Coordenação Geral de Armazenagem – Rua Dr. Luiz Palmier nº 762 – Barreto – Niterói. E/ou Unidades a serem definidas pela SES/RJ.
- B. Os produtos terão que possuir no ato da entrega, validade mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) do prazo de fabricação. Caso não possuam essa validade o vencedor do certame deverá apresentar carta de compromisso onde se responsabiliza pela troca do produto.
- C. Prazo de entrega imediato, contados da data de assinatura do termo do contrato.
- D. O rompimento do lacre das caixas deverá ser realizado na presença do responsável habilitado pela empresa.

Raquel Baltar

Assistente Técnica da Coordenação de Qualificação de Material

ID 3107177-5

De acordo,

Gustavo Borges da Silva

Superintendente de Logística Suprimento e Patrimônio

ID 5097688-5

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 30/03/2020, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3970483** e o código CRC **4EA80D0D**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 3970483

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Compras/SES

Trata o presente processo sobre a aquisição de descartáveis, essenciais para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19.

Considerando as especificações dispostas no Termo de Referência N° 56/2020 (3970483), fica **AUTORIZADO** o início dos procedimentos administrativos visando atendimento ao pleito.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020

GABRIELL NEVES
Subsecretário Executivo
ID: 5010163-3



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Alexandre Lima Leal, Subsecretário**, em 30/03/2020, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3984500** e o código CRC **8ED46461**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 3984500

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

E-mail

Contatos

Agenda

Preferências

ESTIMATIVA PROC

Fechar

Responder

Responder a todos

Encaminhar

Arquivar

Apagar

Spam

Ações

**ESTIMATIVA PROCESSO SEI-080001/007047/2020**

De: "stefanny saldanha" <stefanny.saldanha@saude.rj.gov.br>

Para: "viltonlima" <viltonlima@casadofarmaceutico.com.br>

Cc: "derlan.maia" <derlan.maia@saude.rj.gov.br>

[termo de referencia.pdf](#) (154,7 KB) [Fazer download](#) | [Remover](#)

Prezados senhores, boa tarde.

Tendo em vista a necessidade de cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93, na busca da proposta de maior Economicidade.

Solicitamos a Vossa Senhoria, com **CELERIDADE**, o **envio de cotação de preços** de materiais descartáveis,

Por fim, solicitamos a Vossa Senhoria que nos responda mesmo que não haja interesse na realização dos serviços.

P.S.: Retorno deste com a URGÊNCIA que o caso requer.

--

Stefanny Saldanha

Secretaria de Estado de Saúde - SES/RJ

Coordenação de Compras

Tel: (21) 2333.3943

CNPJ: 42.498.717/0001-55

Rua do México 128 - 6º andar - sala 610- Centro -RJ - Cep: 20031-142

www.saude.rj.gov.br

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020.

Ao

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Subsecretaria Executiva - Secretaria do Estado de Saúde – SUBEX/SES

Ref.:Proposta de Preços em atendimento ao Processo SEI-080001/7047/2020 – Aquisição de Descartáveis.

Premium Medicamentos Crx LTDA, estabelecida na Estrada do Galeão, 1334 – Loja A - Jardim Carioca - CEP: 21.931-522 na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, devidamente inscrita no CNPJ nº26.214.156/0001-69, neste ato representado pelo seu representante legal abaixo assinado, vem apresentar sua proposta de preços de acordo com o **Processo SEI-080001/7047/2020 de aquisição de descartáveis**, referente aos itens, conforme relacionados abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Máscara dupla facial com 100 UND. Máscara comum, descartável, em TNT, dupla camada, modelo retangular, com medidas aproximadas: 20 x 10 cm e 3 pregas longitudinais, com dispositivo para ajuste nasal fixado no corpo da máscara, e 4 tiras laterais de comprimento adequado para fixação. Atóxica, hipoalérgica e inodora. Prazo de validade: 2 (dois) anos.	CX	TALGE PREVIMAX DESCARPACK	3250	R\$ 400,00 (Quatrocentos reais)	R\$ 1.300.000,00 (Um milhão e trezentos mil reais)
02	Mascara tripla c/ tiras cx c/ 50 unid. Mascara cirúrgica descartável, material mascara: tecido não tecido, quantidade camada: 3, clip nasal: metálico, formato:	CX	TALGE DESCARPACK MEDIX	2000	R\$ 225,00 (Duzentos e vinte e cinco reais)	R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)

Premium Medicamentos Crx LTDA
Nome Fantasia: Casa do Farmacêutico

CNPJ: 26.214.156/0001-69 - IN.87224686

Estrada do Galeão, 1334 – Loja A - Jardim Carioca – Cep: 21.931-522 - Rio de Janeiro – RJ

Fone: 3769-9012/99609-8987

<https://casadofarmacautico.com.br/>

	simples (retangular), material visor: n/a, gramatura: 30 g/m ² , filtro: n/d, fixação: amarras, cor: branca. Prazo de validade: 2 (dois) anos.					
03	Macacão 2300 standard amarelo tam. M Macacão de corpo inteiro com capuz, impermeável com barreira protetora de produtos químicos líquidos inorgânicos (incluindo a penetração por sangue e fluidos corporais) tratamento antiestático. Deverá possuir capuz com ajuste, fechamento com zíper frontal e sobre posição. Deverá possuir elásticos no capuz, cintura e tornozelos. Tamanho: M, cor: amarela. . Prazo de validade: 2 (dois) anos.	UN	MICROGARD	139	R\$ 189,00 (Cento e oitenta e nove reais)	R\$ 26.271,00 (Vinte e seis mil duzentos e setenta e um reais)
04	Macacão 1500 standard branco tam. G. Macacão de corpo inteiro com capuz, impermeável com barreira protetora de produtos químicos líquidos inorgânicos. (incluindo a penetração por sangue e fluidos corporais) tratamento antiestético. Deverá possuir capuz com ajuste, fechamento com zíper frontal e sobre posição. Deverá possuir elásticos no capuz, cintura e tornozelos. . Prazo de validade: 2 (dois) anos.	UN	MICROGARD	568	R\$ 89,00 (Oitenta e nove reais)	R\$ 50.552,00 (Cinquenta mil quinhentos e cinquenta e dois reais)

Premium Medicamentos Crx LTDA
Nome Fantasia: Casa do Farmacêutico

CNPJ: 26.214.156/0001-69 - LN.87224686

Estrada do Galeão, 1334 – Loja A - Jardim Carioca – Cep: 21.931-522 - Rio de Janeiro – RJ

Fone: 3769-9012/99609-8987

<https://casadofarmacautico.com.br/>

05	Luvas de procedimento não cirúrgico tam. M Luva procedimento descartável, tipo: não esterilizada, cor: natural, material: borracha natural (latex), tipo esterilização: n/a, desenho: ambidestra, acabamento: textura uniforme sem falhas, tamanho: médio, espessura: n/d, comprimento punho: formato anatômico da mão e ajuste ao antebraço, lubrificação: pó absorvível. Prazo de validade: 2 (dois) anos.	CX	LEMGRUBER	100	R\$ 100,00	R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)
----	--	----	-----------	-----	------------	----------------------------------

Prazo de Validade:

Todos os itens possuem prazo de validade de 2 (dois) anos, contados da data de sua entrega.

Declarações:

Declaramos expressamente que os preços oferecidos englobam todos os tributos, fretes, seguros e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta Dispensa.

Declaramos expressamente que seremos responsáveis pela entrega do material necessário para executar o serviço de acordo com o Projeto Básico.

Premium Medicamentos Crx LTDA
Nome Fantasia: Casa do Farmacêutico

CNPJ: 26.214.156/0001-69 - IN.87224686

Estrada do Galeão, 1334 – Loja A - Jardim Carioca – Cep: 21.931-522 - Rio de Janeiro – RJ

Fone: 3769-9012/99609-8987

<https://casadofarmacutico.com.br/>

Dados bancários:

Razão Social: Casa do Farmacêutico Crx LTDA

CNPJ.: 24.940.941/0001-73

Nome da Instituição Bancária: Banco do Brasil S.A

Banco: 001

Agência: 0549-5

Conta corrente Jurídica: 00000158915-6

Sem mais,

Atenciosamente.



Vilton Juarez Garça Lima

CEO

CPF: 013.033.677-77

Premium Medicamentos Crx LTDA
Nome Fantasia: Casa do Farmacêutico

CNPJ: 26.214.156/0001-69 - I.N.87224686

Estrada do Galeão, 1334 – Loja A - Jardim Carioca – Cep: 21.931-522 - Rio de Janeiro – RJ

Fone: 3769-9012/99609-8987

<https://casadofarmacutico.com.br/>



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Logística,

Trata-se de solicitação de aquisição de Materiais Descartáveis para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19, cujo Termo de Referência 3970483 foi elaborado pela Superintendência de Logística, Suprimentos e Patrimônio - Coordenação de Material.

Considerando apontamentos da Subsecretaria Executiva realizados em despacho 3938476 autorizando a tramitação processual sem a pesquisa de mercado.

Visando atender a solicitação a Coordenação de Compras encaminhou o Termo de Referência para empresas do ramo, entretanto, obteve até a presente data apenas 01 (uma) proposta 4032113, da empresa PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA.

Desta forma, encaminhamos o administrativo para que seja verificado se a proposta da empresa PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA. atende as disposições do Termo de Referência.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Derlan Dias Maia, Ajudante**, em 02/04/2020, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4032299** e o código CRC **7AD0C0F5**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 4032299

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

A Coordenação de Medicamentos/SEs,

Analisar tecnicamente a proposta apresentada encaminhada pela Coordenação de Compras.

Gustavo Borges da Silva

Superintendente de Logística, Suprimentos e Patrimônio

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 02/04/2020, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4032847** e o código CRC **6BA5549C**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 4032847

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Qualificação de Material/SES

Trata-se do processo de aquisição de equipamentos de proteção individual, encaminhado para que seja feita a análise técnica da proposta apresentada pela Coordenação de Compras.

Lara B. de A. Cordeiro

Coordenação de Medicamentos

Superintendência de Logística, Suprimentos e Patrimônio

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Lara Bissonho de Almeida Cordeiro, Coordenadora**, em 02/04/2020, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4033143** e o código CRC **E6B4CCFC**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 4033143

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À SUBEX/SES

Trata-se de processo administrativo para aquisição de **descartáveis**, para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19.

Considerando o processo SEI: 080001/007047/2020 conforme dos despachos n ° 4032299.

Após análise das especificações encaminhadas pelas empresas PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA conforme proposta 4032113, concluímos o que segue:

- Inicialmente atende as especificações solicitadas no descritivo conforme Termo de Referência.

Informamos que a **análise da Coordenação de Qualificação de Material se restringiu às questões técnicas do descritivo**, não tendo sido levada em consideração as questões jurídicas e de economicidade, cabendo essas análises aos setores competentes.

Registramos que ainda não foram apresentadas as documentações técnicas exigidas no Termo de Referência supracitado pertinentes ao fornecedor participante e ao produto cotado.

Raquel Baltar

Assistente Técnica da Coordenação de Qualificação de Material

ID 3107177-5

De acordo,

Gustavo Borges da Silva

Superintendente de Logística Suprimento e Patrimônio

ID 5097688-5

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 02/04/2020, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4038291** e o código CRC **AE45FE4A**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 4038291

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

Zimbra

monique.conceicao@saude.rj.gov.br

Re: Processo SEI-080001/007047/2020

De : raquel baltar <raquel.baltar@saude.rj.gov.br>

qui, 02 de abr de 2020 13:21

Assunto : Re: Processo SEI-080001/007047/2020**Para :** monique conceicao
<monique.conceicao@saude.rj.gov.br>

1- MASCARA

MATERIAL VISOR: sem visor
GRAMATURA: 20g
FILTRO: sem filtro
COR: branca
PRECISÃO FILTRAGEM:95%

2-3 MACACÃO M e G

MATERIAL: polietileno TNT
BOTA: sem bota
TAMANHO DA BOTA: sem bota
BOLSO: sem bolso
MANGA: longa
LUVAS: sem luvas
LOGOTIPO: sem logoRaquel Baltar
Enfermeira Assistente
Coordenação de Qualificação de Materiais
Superintendência de Logística, Suprimentos e PatrimônioSecretaria de Estado de Saúde
Rua México, nº 128 - sala 603
Telefone: 2332-0969

De: "monique conceicao" <monique.conceicao@saude.rj.gov.br>**Para:** "raquel.baltar" <raquel.baltar@saude.rj.gov.br>**Enviadas:** Quinta-feira, 2 de abril de 2020 12:46:35**Assunto:** Processo SEI-080001/007047/2020

Bom dia!

Para a aprovação dos itens 1,3 e 4 do processo SEI-080001/007047/2020, é imprescindível para a SEFAZ o detalhamento para a devida codificação. Favor preencher a PDM abaixo:

1- MASCARA

MATERIAL VISOR:
GRAMATURA:
FILTRO:
COR:

PRECISÃO FILTRAGEM:

2-3 MACACÃO M e G

MATERIAL:

BOTA:

TAMANHO DA BOTA:

BOLSO:

MANGA:

LUVAS:

LOGOTIPO:

Att,

Monique Dias.



SAC - Sol. de Autorização de Compra e/ou Serviço

Nº Solicitação: 0232/20		Nº Processo: SEI-080001/7047/2020			
Solicitante: SES - Secretaria de Estado de Saude		Data Pedido: 02/04/2020			
Objeto: Aquisição de material		Apuração:			
Mod. Compra:					
Finalidade: Consumo Estoque					
Item	Descrição	SIGA	Cod. Desp.	Unidade	Quantidade
1	- - Máscara comum, descartável, em TNT, dupla camada, modelo retangular, com medidas aproximadas: 20 x 10 cm e 3 pregas longitudinais, com dispositivo para ajuste nasal fixado no corpo da máscara, e 4 tiras laterais de comprimento adequado para fixação. Atóxica, hipoalérgica e inodora. Caixa com 100 unidades.	65320080027	65320080027	UNIDADE	3250
2	MASCARA CIRURGICA - Mascara cirúrgica descartável, material mascara: tecido não tecido, quantidade camada: 3, clip nasal: metálico, formato: simples (retangular), material visor: n/a, gramatura: 30 g/m², filtro: n/d, fixação: amarras, cor: branca. Caixa com 50 unidades.	65320080010	65320080010	UNIDADE	2000
3	- - Macacão 2300 standard amarelo tam. M Macacão de corpo inteiro com capuz, impermeável com barreira protetora de produtos químicos líquidos inorgânicos (incluindo a penetração por sangue e fluidos corporais) tratamento antiestático. Deverá possuir capuz com ajuste, fechamento com zíper frontal e sobre posição. Deverá possuir elásticos no capuz, cintura e tornozelos. Tamanho: M, cor: amarela.	42400070124	42400070124	UNIDADE	234
4	- - Macacão 1500 standard branco tam. G Macacão de corpo inteiro com capuz, impermeável com barreira protetora de produtos químicos líquidos inorgânicos. (incluindo a penetração por sangue e fluidos corporais) tratamento antiestético. Deverá possuir capuz com ajuste, fechamento com zíper frontal e sobre posição. Deverá possuir elásticos no capuz, cintura e tornozelos. Cor: branco, tamanho: G	42400070125	42400070125	UNIDADE	710
5	- - Luva procedimento descartável, tipo: não esterilizada, cor: natural, material: borracha natural (latex), tipo esterilização: n/a, desenho: ambidestra, acabamento: textura uniforme sem falhas, tamanho: médio, espessura: n/d, comprimento punho: formato anatômico da mão e ajuste ao antebraço, lubrificação: pó absorvível.	65320060010	65320060010	UNIDADE	100

Justificativa:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva,

Trata o presente processo sobre a aquisição de descartáveis, essenciais para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19.

Considerando que a Coordenação de Compras encaminhou e-mail com o Termo de Referência para obtenção de proposta.

Insta salientar que a empresa PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA., encaminhou orçamento conforme solicitado, porém os itens 03 (Macacão 2300 standard amarelo tam. M) e 04 (Macacão 1500 standard branco tam. G) com quantidade inferior ao solicitado no Termo de Referência. 4032113

Desta forma, remeto o presente processo para que autorize a tramitação processual com a quantidade exposta pela referida empresa.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Derlan Dias Maia, Ajudante**, em 03/04/2020, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4061227** e o código CRC **CDF21E9D**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 4061227

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Compras/SES

Considerando despacho encaminhado por essa Coordenação, informando o quantitativo inferior ao Termo de Referência para os itens 03 (Macacão 2300 standard amarelo tam. M) e 04 (Macacão 1500 standard branco tam. G).

Considerando a emergencialidade na aquisição dos itens supracitados, tendo em vista que se trata de equipamento de proteção individual para o combate ao COVID-19.

Restituimos o presente processo autorizando a contratação com o quantitativo menor, conforme proposta 4032113.

Subsecretaria Executiva

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos**, **Subsecretário**, em 03/04/2020, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4063837** e o código CRC **B6CC9C58**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 4063837

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



PAM 0056/2020



PAM 0057/2020

➤ **Requisição** ➤ **Definição de Processos** ➤ **Requisição de Compra**

GOVERNO DO
Rio de Janeiro

REQUISIÇÃO DE ITEM - PAM 0057/2020

DADOS GERAIS DA REQUISIÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 670

Centro - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro

CEP: 20071-001

C.N.P.J: 42.498.675/0001-52

Data: 03/04/2020

Status: Em Processo

Unidade Compradora: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Tipo: Processo Padrão

Contrato por Tempo de Serviço: Não

Valor Total Previsto: R\$ 76.823,00

Elaborado Por: Stefanny kellen Silva Saldanha

Fone/Fax: 23333943

E-mail: stefanny.saldanha@saude.rj.gov.br

Arquivos Anexados:

11 ARTIGOS PROTECAO, SALVAMENTO E SINALIZACAO - 4240 EQUIPAMENTOS PARA BUSCA E EQUIPAMENTOS PARA SEGURANCA

Item	Valor Unitário	Quantidade
1 - MACACAO, TIPO: PROTECAO QUIMICA, MATERIAL: POLIETILENO, COR: AMARELA, FECHAMENTO: FRONTAL COM ZIPER E SOBRE POSICAO, TAMANHO: M, BOTA: N/A, CARACTERISTICA CONFECCAO: ELASTICO NO CAPUZ, CINTURA E TORNOZELOS, TAMANHO BOTA: N/A, MANGA: LONGA, LOGOTIPO: SEM, BOLSO (QUANTIDADE X POSICAO): N/A, POSICAO LOGOTIPO: SEM LOGOTIPO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE, LUVAS: SEM LUVA, MARCACAO: CA CONFORME NR-06 DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, NORMA: NR-06 Código do Item: 4240.007.0124 (ID - 162484)	R\$ 189,0000	139 UN

Local Entrega: CONFORME T.R

2 - MACACAO, TIPO: PROTECAO QUIMICA, MATERIAL: POLIETILENO, COR: BRANCO, FECHAMENTO: FRONTAL COM ZIPER E SOBRE POSICAO, TAMANHO: G, BOTA: N/A, CARACTERISTICA CONFECCAO: ELASTICO NO CAPUZ, CINTURA E TORNOZELOS, TAMANHO BOTA: N/A, MANGA: LONGA, LOGOTIPO: SEM LOGOTIPO, BOLSO (QUANTIDADE X POSICAO): SEM BOLSO, POSICAO LOGOTIPO: SEM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE, LUVAS: SEM LUVA, MARCACAO: CA CONFORME NR-06, DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, NORMA: NR06 Código do Item: 4240.007.0125 (ID - 162485)	R\$ 89,0000	568 UN
---	-------------	--------

Local Entrega: CONFORME T.R

WORKFLOW DE APROVAÇÃO

Aprovador	Pendente	Aprovado	Rejeitado	P/aprovação	Data/Hora
CHARLES NEPOMUCENO DOS SANTOS					03/04/2020 16:58

OBSERVAÇÃO DA REQUISIÇÃO

PROCESSO

Processo	Unidade Compradora	Dt. Criação	Responsável	Status
SEI-080001/007047/2020	296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	03/04/2020	Stefanny kellen Silva Saldanha	Aguardando Planejamento

 Retornar
  Imprimir
  Fechar



PAM 0056/2020

[Requisição](#) [Definição de Processos](#) [Requisição de Compra](#)GOVERNO DO
Rio de Janeiro

REQUISIÇÃO DE ITEM - PAM 0056/2020

DADOS GERAIS DA REQUISIÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 670

Centro - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro

CEP: 20071-001

C.N.P.J: 42.498.675/0001-52

Data: 03/04/2020

Status: Em Processo

Unidade Compradora: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Tipo: Processo Padrão

Contrato por Tempo de Serviço: Não

Valor Total Previsto: R\$ 1.760.000,00

Elaborado Por: Stefanny kellen Silva Saldanha

Fone/Fax: 23333943

E-mail: stefanny.saldanha@saude.rj.gov.br

Arquivos Anexados:

15 EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MEDICOS, ODONTOLOGICOS E VETERINARIOS - 6532 VESTUARIO DESCARTAVEL DE USO MEDICO, ODONTOLOGICO E HOSPITALAR

Item	Valor Unitário	Quantidade
1 - MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL, MATERIAL MASCARA: TECIDO NAO TECIDO, QUANTIDADE CAMADA: DUPLA CAMADA, CLIP NASAL: FIXADO AO CORPO DA MASCARA, FORMATO: SIMPLES (RETANGULAR), MATERIAL VISOR: SEM VISOR, GRAMATURA: 20 G/M², FILTRO: SEM FILTRO, FIXACAO: TIRAS LATERAIS, COR: BRANCO, PRECISAO FILTRAGEM: 95 %, FORMA FORNECIMENTO: CAIXA 100 UNIDADES Código do Item: 6532.008.0027 (ID - 162487)	R\$ 400,0000	3250 UN

Local Entrega: Conforme T.R

2 - MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL, MATERIAL MASCARA: TECIDO NAO TECIDO, QUANTIDADE CAMADA: 3, CLIP NASAL: METALICO, FORMATO: SIMPLES (RETANGULAR), MATERIAL VISOR: N/A, GRAMATURA: 30 G/M², FILTRO: N/D, FIXACAO: AMARRAS, COR: N/D Código do Item: 6532.008.0010 (ID - 58818)	R\$ 225,0000	2000 UN
---	--------------	---------

Local Entrega: Conforme T.R

3 - LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL, TIPO: NAO ESTERILIZADA, COR: NATURAL, MATERIAL: BORRACHA NATURAL (LATEX), TIPO ESTERILIZACAO: N/A, DESENHO: AMBIDESTRA, ACABAMENTO: TEXTURA UNIFORME SEM FALHAS, TAMANHO: MEDIO, ESPESSURA: N/D, COMPRIMENTO PUNHO: FORMATO ANATOMICO DA MAO E AJUSTE AO ANTEBRACO, LUBRIFICACAO: PO ABSORVIVEL Código do Item: 6532.006.0010 (ID - 20271)	R\$ 100,0000	100 UN
--	--------------	--------

Local Entrega: Conforme T.R

WORKFLOW DE APROVAÇÃO

Aprovador	Pendente	Aprovado	Rejeitado	P/aprovação	Data/Hora
CHARLES NEPOMUCENO DOS SANTOS					03/04/2020 16:58

OBSERVAÇÃO DA REQUISIÇÃO

PROCESSO				
Processo	Unidade Compradora	Dt. Criação	Responsável	Status
SEI-080001/007047/2020	296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	03/04/2020	Stefanny kellen Silva Saldanha	Aguardando Planejamento


Retornar

Imprimir

Fechar

Requisição | SRP&BP | Contratação | Cadastro | Gestão |



Empresa: GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Usuário: DERLAN DIAS MAIA

[Início](#) [Help](#) [Suporte](#) [Encerrar](#)[SRP&BP](#) [Pesquisa de Mercado](#) [Fornecedores da Pesquisa de Mercado](#)

PESQUISA DE MERCADO - 02584/2020

Unidade Compradora: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Data da Criação: 03/04/2020

Tipo de Aquisição: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus

Forma: Processo Padrão

Contrato por Tempo de Serviço: Não

Status: Finalizado

Processo: SEI-080001/007047/2020

Anexo Pesq. de Mercado:

Anexo Termo Justificativa:

FORNECEDORES REGISTRADOS / CREDENCIADOS

Fornecedores Participantes	Dt.Envio	Dt.Resposta	Dt.Validade	Tp.Pesquisa	Status
<input type="checkbox"/> PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA	-----	03/04/2020	-----	E-Mail	Cotado - 1

Item (1 - 1) de 1 Item

FORNECEDORES NÃO REGISTRADOS

Fornecedores Participantes	Dt.Envio	Dt.Resposta	Dt.Validade	Tp.Pesquisa	Status
A Pesquisa de Mercado não possui fornecedores não registrados.					

WORKFLOW DE APROVAÇÃO

Aprovador	Pendente	Aprovado	Rejeitado	P/aprovação	Data/Hora
(0) GABRIELL CARVALHO NEVES F. DOS SANTOS					04/04/2020 10:34

[Retornar](#) [Preços Orçados](#) [Preços Praticados](#) [Mapa de Preço](#)

PROCESSO DE COMPRA - SEI-080001/007047/2020

Unidade Gestora do Processo: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Data de Criação do Processo: 03/04/2020 17:02:29

Criador do Processo: Stefanny kellen Silva Saldanha

Tipo: Processo Padrão

Tipo do Processo: MAT / SERV / MULTIFAMÍLIA

Pesquisa de Mercado: 02584/2020

Função de cálculo da pesquisa: Mínimo

Valor Total: R\$ 1.836.823,00

O Processo não possui itens de Banco de Preço.

MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS

PESQUISA REALIZADA NO
PERÍODO DE:
03/04/2020 até 04/04/2020

FAMÍLIA : EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MEDICOS, ODONTOLOGICOS E VETERINARIOS - VESTUARIO DESCARTAVEL DE USO MEDICO, ODONTOLOGICO E HOSPITALAR - MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL

ITEM : (ESPECIFICAÇÃO) MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL,MATERIAL MASCARA: TECIDO NAO TECIDO, QUANTIDADE CAMADA: DUPLA CAMADA, CLIP NASAL: FIXADO AO CORPO DA MASCARA, FORMATO: SIMPLES (RETANGULAR), MATERIAL VISOR: SEM VISOR, GRAMATURA: 20 G/M², FILTRO: SEM FILTRO, FIXACAO: TIRAS LATERAIS, COR: BRANCO, PRECISAO FILTRAGEM: 95 %, FORMA FORNECIMENTO: CAIXA 100 UNIDADES
Cód do Item: 6532.008.0027 (ID - 162487)QUANTIDADE: 3250
UNIDADE DE MEDIDA: UNIDADE

FORNECEDOR	UF	PREÇO UNITÁRIO	MARCA
PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA 🏆	RJ	400,0000	-
MINIMO		400,0000	

FAMÍLIA : EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MEDICOS, ODONTOLOGICOS E VETERINARIOS - VESTUARIO DESCARTAVEL DE USO MEDICO, ODONTOLOGICO E HOSPITALAR - MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL

ITEM : (ESPECIFICAÇÃO) MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL,MATERIAL MASCARA: TECIDO NAO TECIDO, QUANTIDADE CAMADA: 3, CLIP NASAL: METALICO, FORMATO: SIMPLES (RETANGULAR), MATERIAL VISOR: N/A, GRAMATURA: 30 G/M², FILTRO: N/D, FIXACAO: AMARRAS, COR: N/D
Cód do Item: 6532.008.0010 (ID - 58818)QUANTIDADE: 2000
UNIDADE DE MEDIDA: UNIDADE

FORNECEDOR	UF	PREÇO UNITÁRIO	MARCA
PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA 🏆	RJ	225,0000	--
MINIMO		225,0000	

FAMÍLIA : EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MEDICOS, ODONTOLOGICOS E VETERINARIOS - VESTUARIO DESCARTAVEL DE USO MEDICO, ODONTOLOGICO E HOSPITALAR - LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL

ITEM : (ESPECIFICAÇÃO) LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL, TIPO: NAO ESTERILIZADA, COR: NATURAL, MATERIAL: BORRACHA NATURAL (LATEX), TIPO ESTERILIZACAO: N/A, DESENHO: AMBIDESTRA, ACABAMENTO: TEXTURA UNIFORME SEM FALHAS, TAMANHO: MEDIO, ESPESSURA: N/D, COMPRIMENTO PUNHO: FORMATO ANATOMICO DA MAO E AJUSTE AO ANTEBRACO, LUBRIFICACAO: PO ABSORVIVEL
Cód do Item: 6532.006.0010 (ID - 20271)QUANTIDADE: 100
UNIDADE DE MEDIDA: UNIDADE

FORNECEDOR	UF	PREÇO UNITÁRIO	MARCA
PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA 🏆	RJ	100,0000	--
MINIMO		100,0000	

FAMÍLIA : ARTIGOS PROTECAO, SALVAMENTO E SINALIZACAO - EQUIPAMENTOS PARA BUSCA E EQUIPAMENTOS PARA SEGURANCA - MACACAO			
ITEM : (ESPECIFICAÇÃO) MACACAO, TIPO: PROTECAO QUIMICA, MATERIAL: POLIETILENO, COR: AMARELA, FECHAMENTO: FRONTAL COM ZIPER E SOBRE POSICAO, TAMANHO: M, BOTA: N/A, CARACTERISTICA CONFECCAO: ELASTICO NO CAPUZ, CINTURA E TORNOZELOS, TAMANHO BOTA: N/A, MANGA: LONGA, LOGOTIPO: SEM, BOLSO (QUANTIDADE X POSICAO): N/A, POSICAO LOGOTIPO: SEM LOGOTIPO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE, LUVAS: SEM LUVA, MARCACAO: CA CONFORME NR-06 DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, NORMA: NR-06 Cód do Item: 4240.007.0124 (ID - 162484)			
QUANTIDADE:		139	
UNIDADE DE MEDIDA:		UNIDADE	
FORNECEDOR		UF	MARCA
PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA 🏆		RJ	---
MINIMO		189,0000	

FAMÍLIA : ARTIGOS PROTECAO, SALVAMENTO E SINALIZACAO - EQUIPAMENTOS PARA BUSCA E EQUIPAMENTOS PARA SEGURANCA - MACACAO			
ITEM : (ESPECIFICAÇÃO) MACACAO, TIPO: PROTECAO QUIMICA, MATERIAL: POLIETILENO, COR: BRANCO, FECHAMENTO: FRONTAL COM ZIPER E SOBRE POSICAO, TAMANHO: G, BOTA: N/A, CARACTERISTICA CONFECCAO: ELASTICO NO CAPUZ, CINTURA E TORNOZELOS, TAMANHO BOTA: N/A, MANGA: LONGA, LOGOTIPO: SEM LOGOTIPO, BOLSO (QUANTIDADE X POSICAO): SEM BOLSO, POSICAO LOGOTIPO: SEM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE, LUVAS: SEM LUVA, MARCACAO: CA CONFORME NR-06, DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, NORMA: NR06 Cód do Item: 4240.007.0125 (ID - 162485)			
QUANTIDADE:		568	
UNIDADE DE MEDIDA:		UNIDADE	
FORNECEDOR		UF	MARCA
PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA 🏆		RJ	--
MINIMO		89,0000	



Retornar



Imprimir

Requisição | SRP&BP | Contratação | Cadastro | Gestão |

SIGA - Sistema Integrado de Gestão de Aquisições
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FAZENDA E PLANEJAMENTO

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro

Empresa: GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Usuário: DERLAN DIAS MAIA



Início



Help



Suporte

Encerrar

Requisição Definição de Processos Exibição de Processos

Enquadramento Legal gravado com sucesso.

GOVERNO DO
Rio de Janeiro

PROCESSO DE COMPRA - SEI-080001/007047/2020

DADOS GERAIS DO PROCESSO DE COMPRA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 670

Centro - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro

CEP: 20071-001

C.N.P.J: 42.498.675/0001-52

Unidade: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Data de Criação: 03/04/2020 17:02:29

Criador: Stefanny kellen Silva Saldanha

Tipo do Processo: MAT / SERV / MULTIFAMÍLIA

Tipo: Processo Padrão

Contrato por Tempo de Serviço: Não

Status: Aguardando Planejamento

Pesquisa de Mercado: 02584/2020

Anexos da Pesquisa de Mercado:

Termo de Justificativa:

Valor Total do Processo: 1.836.823,00

Tipo de Aquisição: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus

Objeto do Processo: Trata-se de aquisição de descartáveis essenciais para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19.**Razão do Pedido:** Connforme informação constante no Termo de Referência do processo em comento.

Enquadramento Legal:

(Lei Fed. 13.979/20
art. 4º - Combate
Corona Vírus)

Gravar Enquadramento



Requisição - PAM 0056/2020

Anexos

Item	VI. Cotado	VI.Ref.	Metodologia de Cálculo	Quantidade
1 - MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL,MATERIAL MASCARA: TECIDO NAO TECIDO, QUANTIDADE CAMADA: DUPLA CAMADA, CLIP NASAL: FIXADO AO CORPO DA MASCARA, FORMATO: SIMPLES (RETANGULAR), MATERIAL VISOR: SEM VISOR, GRAMATURA: 20 G/M², FILTRO: SEM FILTRO, FIXACAO: TIRAS LATERAIS, COR: BRANCO, PRECISAO FILTRAGEM: 95 %, FORMA FORNECIMENTO: CAIXA 100 UNIDADES Código do Item: 6532.008.0027 (ID - 162487) PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA(26.214.156/0001-69) Justificativa: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus	R\$ 400,0000 (Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus)	Pesquisa de Mercado	-----	3250 UN
2 - MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL,MATERIAL MASCARA: TECIDO NAO TECIDO, QUANTIDADE CAMADA: 3, CLIP NASAL: METALICO, FORMATO: SIMPLES (RETANGULAR), MATERIAL VISOR: N/A, GRAMATURA: 30 G/M², FILTRO: N/D, FIXACAO: AMARRAS, COR: N/D Código do Item: 6532.008.0010 (ID - 58818) PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA(26.214.156/0001-69) Justificativa: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus	R\$ 225,0000 (Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus)	Pesquisa de Mercado	-----	2000 UN
3 - LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL, TIPO: NAO ESTERILIZADA, COR: NATURAL, MATERIAL: BORRACHA Código do Item: 6532.008.0001 (ID - 162487) PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA(26.214.156/0001-69) Justificativa: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus	R\$ 100,0000 (Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus)	Pesquisa de Mercado	-----	100 UN



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Orçamentos e Finanças,

Trata-se de solicitação de aquisição de Materiais Descartáveis para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19, cujo Termo de Referência 3970483 foi elaborado pela Superintendência de Logística, Suprimentos e Patrimônio - Coordenação de Material.

Considerando apontamentos da Subsecretaria Executiva realizados em despacho 3938476, autorizando a tramitação processual sem a pesquisa de mercado.

Visando atender a solicitação a Coordenação de Compras obteve até a presente data apenas 01 (uma) proposta da empresa Premium Medicamentos CRX Ltda. 4032113

Insta salientar que a proposta foi levada até o Setor Requisitante, o qual habilitou tecnicamente a proposta 4038291, sob a alegação de que atende as especificações do Termo de Referência.

Desta forma, encaminhamos o presente processo para que seja realizada a classificação orçamentária.

Por oportuno, solicitamos posterior envio a Coordenação de Contratos para tramitação processual

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Derlan Dias Maia, Ajudante**, em 04/04/2020, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4071072** e o código CRC **F3F73C16**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 4071072

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

Processo Finalizado com Sucesso.



PROCESSO DE COMPRA - SEI-080001/007047/2020

DADOS GERAIS DO PROCESSO DE COMPRA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 670

Centro - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro

CEP: 20071-001

C.N.P.J: 42.498.675/0001-52

Unidade: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Data de Criação: 03/04/2020 17:02:29

Criador: Stefanny kellen Silva Saldanha

Tipo do Processo: MAT / SERV / MULTIFAMÍLIA

Tipo: Processo Padrão

Contrato por Tempo de Serviço: Não

Status: Compra Finalizada

Valor Total do Processo: 1.836.823,00

Pesquisa de Mercado: 02584/2020

Anexos da Pesquisa de Mercado:

Termo de Justificativa:

Justificativa da Aprovação: A classificação orçamentária em conformidade com a lei do orçamento anual de 2020

Tipo de Aquisição: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate

Objeto do Processo: Trata-se de aquisição de descartáveis essenciais para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19.

Enquadramento Legal: (Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus)

Razão do Pedido: Conforme informação constante na Referência do processo em comento.



Requisição - PAM 0056/2020

Item	VI. Cotado	VI.Ref.	Metodologia Cálculo
1 - MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL, MATERIAL MASCARA: TECIDO NAO TECIDO, QUANTIDADE CAMADA: DUPLA CAMADA, CLIP NASAL: FIXADO AO CORPO DA MASCARA, FORMATO: SIMPLES (RETANGULAR), MATERIAL VISOR: SEM VISOR, GRAMATURA: 20 G/M², FILTRO: SEM FILTRO, FIXACAO: TIRAS LATERAIS, COR: BRANCO, PRECISAO FILTRAGEM: 95 %, FORMA FORNECIMENTO: CAIXA 100 UNIDADES Código do Item: 6532.008.0027 (ID - 162487) PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA(26.214.156/0001-69) Justificativa: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus	R\$ 400,0000 (Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus)	Pesquisa de Mercado	-----
2 - MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL, MATERIAL MASCARA: TECIDO NAO TECIDO, QUANTIDADE CAMADA: 3, CLIP NASAL: METALICO, FORMATO: SIMPLES (RETANGULAR), MATERIAL VISOR: N/A, GRAMATURA: 30 G/M², FILTRO: N/D, FIXACAO: AMARRAS, COR: N/D Código do Item: 6532.008.0010 (ID - 58818) PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA(26.214.156/0001-69) Justificativa: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus	R\$ 225,0000 (Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus)	Pesquisa de Mercado	-----
3 - LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL, TIPO: NAO ESTERILIZADA, COR: NATURAL, MATERIAL: BORRACHA NATURAL (LATEX), TIPO ESTERILIZACAO: N/A, DESENHO: AMBIDESTRA, ACABAMENTO: TEXTURA UNIFORME SEM FALHAS, TAMANHO: MEDIO, ESPESSURA: N/D, COMPRIMENTO PUNHO: FORMATO ANATOMICO DA MAO E AJUSTE AO ANTEBRACO, LUBRIFICACAO: PO ABSORVIVEL Código do Item: 6532.006.0010 (ID - 20271) PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA(26.214.156/0001-69) Justificativa: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus	R\$ 100,0000 (Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus)	Pesquisa de Mercado	-----

Local de Entrega:

- 1 - Conforme T.R
- 2 - Conforme T.R
- 3 - Conforme T.R



Requisição - PAM 0057/2020

Item	VI. Cotado	VI.Ref.	Metodologia Cálculo
1 - MACACAO, TIPO: PROTECAO QUIMICA, MATERIAL: POLIETILENO, COR: AMARELA, FECHAMENTO: FRONTAL COM ZIPER E SOBRE POSICAO, TAMANHO: M, BOTA: N/A, CARACTERISTICA CONFECCAO: ELASTICO NO CAPUZ, CINTURA E TORNOZELOS, TAMANHO BOTA: N/A, MANGA: LONGA, LOGOTIPO: SEM, BOLSO (QUANTIDADE X POSICAO): N/A, POSICAO LOGOTIPO: SEM LOGOTIPO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE, LUVAS: SEM LUYA, MARCACAO: CA CONFORME NR-06 DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, NORMA: NR-06 Código do Item: 4240.007.0124 (ID - 162484) PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA(26.214.156/0001-69) Justificativa: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus	R\$ 189,0000 (Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus)	Pesquisa de Mercado	-----
2 - MACACAO, TIPO: PROTECAO QUIMICA, MATERIAL: POLIETILENO, COR: BRANCO, FECHAMENTO: FRONTAL COM ZIPER E SOBRE POSICAO, TAMANHO: G, BOTA: N/A, CARACTERISTICA CONFECCAO: ELASTICO NO CAPUZ, CINTURA E TORNOZELOS, TAMANHO BOTA: N/A, MANGA: LONGA, LOGOTIPO: SEM LOGOTIPO, BOLSO (QUANTIDADE X POSICAO): SEM BOLSO, POSICAO LOGOTIPO: SEM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE, LUVAS: SEM LUYA, MARCACAO: CA CONFORME NR-06, DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, NORMA: NR06 Código do Item: 4240.007.0125 (ID - 162485) PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA(26.214.156/0001-69) Justificativa: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus	R\$ 89,0000 (Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus)	Pesquisa de Mercado	-----

Local de Entrega:

- 1 - CONFORME T.R
- 2 - CONFORME T.R

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO

Requisições ↕

Pesquisa de Mercado ↕

WORKFLOW DE APROVAÇÃO

Aprovador

(0) BERENICE LEITE DE SOUZA

Pendente

Aprovado

Rejeitado

P/aprovação

CÉLULA DE CRÉDITO

Célula de Crédito: PT:2961.10.302.0461.8341ED3390.30.03Fonte100

2020 - R\$ 1.836.823,00



Retornar



Imprimir



Reabrir





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Contratos/SES.

Despesa: Contrato 037/2020 - Aquisição do Material- Mascara comum descartável em TNT dupla camada (IT. 01 QT 3250); Mascara tripla com tiras, Cirúrgica descartável (It. 02 QT. 2000); **Macacão 2300 standard amarelo tam. M (It. 03 QT. 139); Macacão 1500 standard branco tam. G (It. 04 QT 568); Luvas de procedimento não cirurgico tam. M (It 05. QT.100).**para atendimento aos pacientes portadores do Coronavírus (COVID 19), com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020. Vigencia 06 meses. Termo de Referencia 56/2020 Solicitação da Subsecretaria Executiva (3938502).

Empresa: PREMIUM MEDICAMENTOS (Contratação: 20200)

Valor: R\$ 1.836.823,00 (4071069)

Classificação Orçamentária:

PT: 2961.10.302.0461.8341 – ED 3390.30.03 – Fonte 122

Rosângela Ayres de Souza

Coordenação de Execução Orçamentária

ID: 1755584-1



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Ayres de Souza, Coordenadora**, em 04/04/2020, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4071258** e o código CRC **36128655**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 4071258

Rua México 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

Contratação 2020001923 (Ativo)



Unidade Compradora: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Tipo de Aquisição: Compra Direta / Outras Compras

Número da Aquisição: SEI-080001/007047/2020

Tipo de Contratação: Material

Número da Contratação: FES 2020

Data de Vigência: 04/04/2020 a 31/12/2020

Gestores Responsáveis: ALESSANDRA REGINA COUTINHO DE SÁ
 ALESSANDRA MILÃO PEREIRA DA SILVA
 ALEXANDRE FONSECA DE AZEVEDO
 Camila Vichi de Freitas
 ERICA DANIELE DA SILVA
 LILIAN CAMPOS
 Monique Willeman Peçanha de Araujo
 RUAN GUIMARÃES BARROS
 THAIS DE OLIVEIRA MARQUES
 VINICIUS GUIMARÃES DE PAIVA

Empresa Contratada:

PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA

CNPJ: 26.214.156/0001-69

ESTRADA DO GALEÃO, 1334, LOJA A, JARDIM CARIOCARIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro

CEP: 21931-522

Situação: Ativo

OBSERVAÇÃO

Nenhuma observação foi incluída.

PROCESSOS VINCULADOS

Processo	Unidade Gestora	Data de Criação	Data de Modificação	Situação
SEI-080001/007047/2020	296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	03/04/2020		Compra Finalizada

ITENS

MATERIAL - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MEDICOS, ODONTOLOGICOS E VETERINARIOS - VESTUARIO DESCARTAVEL DE USO MEDICO, ODONTOLOGICO E HOSPITALAR - LUVAS PROCEDIMENTO DESCARTAVEL

LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL, TIPO: NAO ESTERILIZADA, COR: NATURAL, MATERIAL: BORRACHA NATURAL (LATEX), TIPO ESTERILIZACAO: N/A, DESENHO: AMBIDESTRA, ACABAMENTO: TEXTURA UNIFORME SEM FALHAS, TAMANHO: MEDIO, ESPESSURA: N/D, COMPRIMENTO PUNHO: FORMATO ANATOMICO DA MAO E AJUSTE AO ANTEBRACO, LUBRIFICACAO: PO ABSORVIVEL

Código do Item: 6532.006.0010 (ID - 20271)

Unidade	Valor Unitário	Elemento de Despesa	Sub-elemento de Despesa	Quantidade Original	Quantidade Alterada	Quantidade Programada	Quantidade Recebida	Saldo a Programar	Saldo Atual	Percentual Alterado
UN	100,000000	33903000	33903003	100	0	100	0	0	100	0 %

MATERIAL - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MEDICOS, ODONTOLOGICOS E VETERINARIOS - VESTUARIO DESCARTAVEL DE USO MEDICO, ODONTOLOGICO E HOSPITALAR - MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL

MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL, MATERIAL MASCARA: TECIDO NAO TECIDO, QUANTIDADE CAMADA: 3, CLIP NASAL: METALICO, FORMATO: SIMPLES (RETANGULAR), MATERIAL VISOR: N/A, GRAMATURA: 30 G/M², FILTRO: N/D, FIXACAO: AMARRAS, COR: N/D

Código do Item: 6532.008.0010 (ID - 58818)

Unidade	Valor Unitário	Elemento de Despesa	Sub-elemento de Despesa	Quantidade Original	Quantidade Alterada	Quantidade Programada	Quantidade Recebida	Saldo a Programar	Saldo Atual	Percentual Alterado
UN	225,000000	33903000	33903003	2000	0	2000	0	0	2000	0 %

MATERIAL - ARTIGOS PROTECAO, SALVAMENTO E SINALIZACAO - EQUIPAMENTOS PARA BUSCA E EQUIPAMENTOS PARA SEGURANCA - MACACAO

MACACAO, TIPO: PROTECAO QUIMICA, MATERIAL: POLIETILENO, COR: AMARELA, FECHAMENTO: FRONTAL COM ZIPER E SOBRE POSICAO, TAMANHO: M, BOTA: N/A, CARACTERISTICA CONFECCAO: ELASTICO NO CAPUZ, CINTURA E TORNOZELOS, TAMANHO BOTA: N/A, MANGA: LONGA, LOGOTIPO: SEM, BOLSO (QUANTIDADE X POSICAO): N/A, POSICAO LOGOTIPO: SEM LOGOTIPO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE, LUVAS: SEM LUVAS, MARCACAO: CA CONFORME NR-06 DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, NORMA: NR-06

Código do Item: 4240.007.0124 (ID - 162484)

Unidade	Valor Unitário	Elemento de Despesa	Sub-elemento de Despesa	Quantidade Original	Quantidade Alterada	Quantidade Programada	Quantidade Recebida	Saldo a Programar	Saldo Atual	Percentual Alterado
UN	189,000000	33903000	33903003	139	0	139	0	0	139	0 %






MACACAO, TIPO: PROTECAO QUIMICA, MATERIAL: POLIETILENO, COR: BRANCO, FECHAMENTO: FRONTAL COM ZIPER E SOBRE POSICAO, TAMANHO: G, BOTA: N/A, CARACTERISTICA CONFECCAO: ELASTICO NO CAPUZ, CINTURA E TORNOZELOS, TAMANHO BOTA: N/A, MANGA: LONGA, LOGOTIPO: SEM LOGOTIPO, BOLSO (QUANTIDADE X POSICAO): SEM BOLSO, POSICAO LOGOTIPO: SEM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE, LUVAS: SEM LUVAS, MARCACAO: CA CONFORME NR-06, DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, NORMA: NR06

Código do Item: 4240.007.0125 (ID - 162485)

Unidade	Valor Unitário	Elemento de Despesa	Sub-elemento de Despesa
---------	----------------	---------------------	-------------------------

UN	89,000000	33903000	33903003				
Quantidade Original	Quantidade Alterada	Quantidade Programada	Quantidade Recebida	Saldo a Programar	Saldo Atual	Percentual Alterado	
568	0	568	0	0	568	0 %	
MATERIAL - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MEDICOS, ODONTOLOGICOS E VETERINARIOS - VESTUARIO DESCARTAVEL DE USO MEDICO, ODONTOLOGICO E HOSPITALAR - MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL							
MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL,MATERIAL MASCARA: TECIDO NAO TECIDO, QUANTIDADE CAMADA: DUPLA CAMADA, CLIP NASAL: FIXADO AO CORPO DA MASCARA, FORMATO: SIMPLES (RETANGULAR), MATERIAL VISOR: SEM VISOR, GRAMATURA: 20 G/M², FILTRO: SEM FILTRO, FIXACAO: TIRAS LATERAIS, COR: BRANCO, PRECISAO FILTRAGEM: 95 %, FORMA FORNECIMENTO: CAIXA 100 UNIDADES							
Código do Item: 6532.008.0027 (ID - 162487)							
Unidade	Valor Unitário	Elemento de Despesa	Sub-elemento de Despesa				
UN	400,000000	33903000	33903003				
Quantidade Original	Quantidade Alterada	Quantidade Programada	Quantidade Recebida	Saldo a Programar	Saldo Atual	Percentual Alterado	
3250	0	3250	0	0	3250	0 %	

PROGRAMAÇÃO DE ENTREGA

Entrega 1			
Data: 31/12/2020			
Hora: 08:00:00 até 17:00:00			
Local da Entrega: Rua Luiz Palmier 762 Barreto (11,18 km)			
Descrição	Quantidade Programada	Quantidade Recebida	Situação
MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL,MATERIAL MASCARA: TECIDO NAO TECIDO, QUANTIDADE CAMADA: 3, CLIP NASAL: METALICO, FORMATO: SIMPLES (RETANGULAR), MATERIAL VISOR: N/A, GRAMATURA: 30 G/M², FILTRO: N/D, FIXACAO: AMARRAS, COR: N/D	2000	Não recebido	
Código do Item: 6532.008.0010 (ID - 58818)			
Entrega 2			
Data: 31/12/2020			
Hora: 08:00:00 até 17:00:00			
Local da Entrega: Rua Luiz Palmier 762 Barreto (11,18 km)			
Descrição	Quantidade Programada	Quantidade Recebida	Situação
MACACAO, TIPO: PROTECAO QUIMICA, MATERIAL: POLIETILENO, COR: BRANCO, FECHAMENTO: FRONTAL COM ZIPER E SOBRE POSICAO, TAMANHO: G, BOTA: N/A, CARACTERISTICA CONFECCAO: ELASTICO NO CAPUZ, CINTURA E TORNOZELOS, TAMANHO BOTA: N/A, MANGA: LONGA, LOGOTIPO: SEM LOGOTIPO, BOLSO (QUANTIDADE X POSICAO): SEM BOLSO, POSICAO LOGOTIPO: SEM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE, LUVAS: SEM LUVA, MARCACAO: CA CONFORME NR-06, DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, NORMA: NR06	568	Não recebido	
Código do Item: 4240.007.0125 (ID - 162485)			
Entrega 3			
Data: 31/12/2020			
Hora: 08:00:00 até 17:00:00			
Local da Entrega: Rua Luiz Palmier 762 Barreto (11,18 km)			
Descrição	Quantidade Programada	Quantidade Recebida	Situação
MACACAO, TIPO: PROTECAO QUIMICA, MATERIAL: POLIETILENO, COR: AMARELA, FECHAMENTO: FRONTAL COM ZIPER E SOBRE POSICAO, TAMANHO: M, BOTA: N/A, CARACTERISTICA CONFECCAO: ELASTICO NO CAPUZ, CINTURA E TORNOZELOS, TAMANHO BOTA: N/A, MANGA: LONGA, LOGOTIPO: SEM, BOLSO (QUANTIDADE X POSICAO): N/A, POSICAO LOGOTIPO: SEM LOGOTIPO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE, LUVAS: SEM LUVA, MARCACAO: CA CONFORME NR-06 DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, NORMA: NR-06	139	Não recebido	
Código do Item: 4240.007.0124 (ID - 162484)			
Entrega 4			
Data: 31/12/2020			
Hora: 08:00:00 até 17:00:00			
Local da Entrega: Rua Luiz Palmier 762 Barreto (11,18 km)			
Descrição	Quantidade Programada	Quantidade Recebida	Situação
MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL,MATERIAL MASCARA: TECIDO NAO TECIDO, QUANTIDADE CAMADA: DUPLA CAMADA, CLIP NASAL: FIXADO AO CORPO DA MASCARA, FORMATO: SIMPLES (RETANGULAR), MATERIAL VISOR: SEM VISOR, GRAMATURA: 20 G/M², FILTRO: SEM FILTRO, FIXACAO: TIRAS LATERAIS, COR: BRANCO, PRECISAO FILTRAGEM: 95 %, FORMA FORNECIMENTO: CAIXA 100 UNIDADES	3250	Não recebido	
Código do Item: 6532.008.0027 (ID - 162487)			
Entrega 5			
Data: 31/12/2020			
Hora: 08:00:00 até 17:00:00			
Local da Entrega: Rua Luiz Palmier 762 Barreto (11,18 km)			
Descrição	Quantidade Programada	Quantidade Recebida	Situação
LUVA PROCEDIMENTO DESCARTAVEL, TIPO: NAO ESTERILIZADA, COR: NATURAL, MATERIAL: BORRACHA NATURAL (LATEX), TIPO ESTERILIZACAO: N/A, DESENHO: AMBIDESTRA, ACABAMENTO: TEXTURA UNIFORME SEM FALHAS, TAMANHO: MEDIO, ESPESSURA: N/D, COMPRIMENTO PUNHO: FORMATO ANATOMICO DA MAO E AJUSTE AO ANTEBRACO, LUBRIFICACAO: PO ABSORVIVEL	100	Não recebido	
Código do Item: 6532.006.0010 (ID - 20271)			

PARECER JURÍDICO

Não existem Pareceres Jurídicos para esta Contratação.

NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

Nenhuma Nota de Autorização de Despesa foi emitida para esta Contratação

TERMO DE ALTERAÇÃO

Etapa	Data da Alteração	Responsável
Contratação Original - Inicial	04/04/2020	GABRIELL CARVALHO NEVES F. DOS SANTOS

WORKFLOW DE APROVAÇÃO

Aprovador	<div><div></div> Pendente</div> <div><div></div> Aprovado</div> <div><div></div> Rejeitado</div> <div><div></div> P/Aprovação</div>	Data/Hora
(0) GABRIELL CARVALHO NEVES F. DOS SANTOS	<div><div></div></div>	04/04/2020 13:40



Imprimir



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Orçamento e Finanças/SES

Segue o presente, após contratação.

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2020

Maria Luiza Lessa

Coordenação de Contratos

ID: 4336438-1



Documento assinado eletronicamente por **Maria Luiza Lessa, Coordenadora**, em 04/04/2020, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4071310** e o código CRC **EB42DF41**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 4071310

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142

Telefone: - www.saude.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES
FUNDO ESTADUAL DE SAUDE

CONFERIDA

01-No. do processo E-08/ 001/007.047/2020	
02-Data 26/03/2020	03-Folha
04-Rubrica	

Nota de Autorização de Despesa - NAD - 2020001923000112

Bloco 1 - Dados de Identificação

05 - Especificação da NAD/Evento 1- Empenhamento da Despesa (400091) 2- Reforço de Empenho (400092) 1 3- Anulação do empenho (400093) 4- Canc. restos a pagar de exec. imediat. anterior (400094) 5- Canc. restos a pagar de outros exercícios (400097)	06- Categoria de gastos 1- Pessoal e Encargos 2- Juros e Enc. Dívida Interna 4 3- Juros e Enc. Dívida Externa 4- Despesas Correntes 5- Investimentos	6- Inversões Financeiras 7- Amort. Dívida Interna 8- Amort. Dívida Externa 9- Out. Desp. Cap.
---	--	--

Bloco 2 - Dados do Órgão

07- Secretaria/Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES		08- Unidade Orçamentária. 2961	09- Adiantamento 2 1-Sim 2-Não
10- Unidade Gestora Executora FUNDO ESTADUAL DE SAUDE		11- Unidade Orçamentária FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	
12- Programa de trabalho 2961.10.302.0461.8341	13- P.t.resumido 298341	14- Fonte detalhada 22	15- Nat. despesa 33903003
16- Tipo de crédito 1 1- Orçamento Geral e Suplementar 2- Especial 3- Extraordinário	17- Domicílio bancário Banco 237	Agência 6898-5	Conta corrente 2720-0

Bloco 3 - Dados de Identificação do Favorecido

18- Nome PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA			
19- Endereço ESTRADA DO GALEAO, 1334, LOJA A			
20- Domicílio bancário Banco 001		Agência 05495	Conta corrente 1589156
21- Cidade RIO DE JANEIRO		22- Estado RJ	23- CEP 21931522
24- Código 1 1- CNPJ 3- INSCR.GENÉRICA 2- CPF 4- UG/GESTÃO	25- Número 26.214.156/0001-69	26- Insc. estadual	27- Insc. municipal

Bloco 4 - Dados para Emissão de Empenho/Anulação

28- Espécie 3 1- Ordinário 3- Estimativo 5- Global	29- Valor 1.836.823,00
30- Valor por extenso UM MILHAO, OITOCENTOS E TRINTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E VINTE E TRES REAIS	
31- Descrição da despesa CONTRATO 037/2020 - AQUISIÇÃO DO MATERIAL- MASCARA COMUM DESCARTÁVEL EM TNT DUPLA CAMADA (IT. 01 QT 3250); MASCARA TRIPLA COM TIRAS, CIRÚRGICA DESCARTÁVEL (IT. 02 QT. 2000); MACACÃO 2300 STANDARD AMARELO TAM. M (IT. 03 QT. 139); MACACÃO 1500 STANDARD BRANCO TAM. G (IT. 04 QT 568); LUVAS DE PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO TAM. M (IT 05. QT.100).PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES PORTADORES DO CORONAVÍRUS (COVID 19), COM BASE NA LEI 13.979 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020, ARTIGO 4º, E AINDA O DECRETO Nº 46.966 DE 11 DE MARÇO DE 2020. VIGÊNCIA 06 MESES. TERMO DE REFERENCIA 56/2020 SOLICITAÇÃO DA SUBSECRETARIA EXECUTIVA (3938502).	

Bloco 5 - Cronograma de desembolso

Janeiro	0,00	Maio	0,00	Setembro	0,00
Fevereiro	0,00	Junho	0,00	Outubro	0,00
Março	0,00	Julho	0,00	Novembro	0,00
Abril	1.836.823,00	Agosto	0,00	Dezembro	0,00

Bloco 6 - Dados da Licitação

32- Tipo 5 0- Pregão Presencial 1- Concurso 2- Convite 3- Tomada de preços	4- Concorrência 5- Dispensa 6- Inexigível 7- Não aplicável	8- Sup. Fundos 9- Pregão Eletrônico 10- Ad.Reg.Preço Int Pregão 11- Ad.Reg.Preço Int Concorrência	12- Ad.Reg.Preço Ext.Pregão 13- Ad.Reg.Preço Ext.Concorrência	33- Data de abertura	34- Número	35- Contrato formal 1 1-Sim 2-Não
36- Base legal LEI FEDERAL NO. 8.666/1993						

Bloco 7 - Autenticações

37- EMISSOR CAMILA VICHI DE FREITAS ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	38- Ato de delegação	39- Matrícula 049954	40- Data
41- ORDENADOR GABRIEL CARVALHO NEVES FRANCO DOS SANTOS SUBSECRETARIO EXECUTIVO	42- Ato de delegação RESOLUÇÃO SES1986/2020	43- Matrícula 5010163-3	44- Data
45- RATIFICADOR	46- Ato de delegação	47- Matrícula	48- Data

PORTARIA CG Nº. 15 DE 18 DE DEZEMBRO/98



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos**,
Subsecretário, em 06/04/2020, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento
nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador
4089112 e o código CRC EE8B9E15.



Nota de Empenho

Encerrado até Fevereiro

Identificação

Unidade Gestora	Número do Documento	Data de Emissão
296100 - FES	2020NE02557	04/04/20
Credor	Valor	
26214156000169 - PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA	1.836.823,00 (Hum milhão e oitocentos e trinta e seis mil e oitocentos e vinte e três reais)	
Tipo de Empenho	NE Original	

Classificação

Natureza	339030 - Material de Consumo	
Unidade Orçamentária	29610 - Fundo Estadual de Saúde	F
Programa de trabalho	10.302. 0461. 8341 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar	
Id. uso	0 - Não destinado à contrapartida	
Fonte	122 - Adicional do ICMS - FECF	
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - Sem Detalhamento	
Detalhamento de Fonte	000000 - Sem detalhamento	
Tipo de Área Geográfica	2 - ESTADO	
Área Geográfica	3300000 - ESTADO	
Plano Interno	00000000000 - Plano Interno nao identificado	
Unidade Gestora Responsável	000000 - UG não identificada	
LME	03 - Manutenção, atividades e projetos finalísticos	
Convênio de Receita	000000 - Convênio não identificado	
Convênio de Despesa	000000 - Convênio não identificado	
Contrato	20000564 - AQUISIÇÃO DO MATERIAL MASCARA COMUM DESCARTÁVEL COVID 19	
Programa de Financiamento Externo/Interno	0 - Indefinido	
Chave SIGA	2020001923000112	

Detalhamento

Modalidade do empenho	Estimativo	Modalidade de Licitação	05 - Dispensa	Embasamento Legal	Lei nº 8.666/1993, Art. 24, Inciso
Origem de Material	1 - Origem nacional	Data de Entrega		Local de Entrega	
Processo	SEI-080001/7047/20	UF	Rio de Janeiro	Município	Rio de Janeiro

Itens

Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Classificação Complementar	Valor
Material de Consumo	03 - UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS		1.836.823,00

Cronograma

Abril	1.836.823,00		
--------------	--------------	--	--

Saldo Dotação

Crédito disponível Antes NE	Crédito indisponível Antes NE	Valor do Empenho	Saldo Após Empenho
422.630.478,00	0,00	0,00	420.793.655,00

Observação

Contrato 037/2020 - Aquisição do Material- Mascara comum descartável em TNT dupla camada (IT. 01 QT 3250); Mascara tripla com tiras, Cirúrgica descartável (It. 02 QT. 2000); Macacão 2300 standard amarelo tam. M (It. 03 QT. 139); Macacão 1500 standard branco tam. G (It. 04 QT 568); Luvas de procedimento não cirúrgico tam. M (It 05. QT.100).Para atendimento aos pacientes portadores do Coronavírus (COVID 19), com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020. Vigência 06 meses. Termo de Referencia 56/2020 Solicitação da Subsecretaria Executiva (3938502).

Identificação

Unidade Gestora 296100 - FES	Número do Documento 2020NE02557	Data de Emissão 04/04/20
Credor 26214156000169 - PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA	Valor 1.836.823,00 (Hum milhão e oitocentos e trinta e seis mil e oitocentos e vinte e três reais)	
Tipo de Empenho	NE Original	

Produtos

Produto	Quantidade	Und. Fornec.	Preço Unitário	Preço Total
Material de consumo	1	UN	1.836.823,00	1.836.823,00

Descrição: Contrato 037/2020 - Aquisição do Material- Mascara comum descartável em TNT dupla camada (IT. 01 QT 3250); Mascara tripla com tiras, Cirúrgica descartável (It. 02 QT. 2000); Macacão 2300 standard amarelo tam. M (It. 03 QT. 139); Macacão 1500 standard branco tam. G (It. 04 QT 568); Luvas de procedimento não cirúrgico tam. M (It 05. QT.100).Para atendimento aos pacientes portadores do Coronavírus (COVID 19), com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020. Vigência 06 meses. Termo de Referencia 56/2020 Solicitação da Subsecretaria Executiva (3938502).



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva

C/v: À Coordenação de Contratos/SES.

Após a emissão da NAD nº 0112 e Nota de Empenho nº 2557 , informamos.

Despesa: Contrato 037/2020 - Aquisição do Material- Mascara comum descartável em TNT dupla camada (IT. 01 QT 3250); Mascara tripla com tiras, Cirúrgica descartável (It. 02 QT. 2000); **Macacão 2300 standard amarelo tam. M (It. 03 QT. 139); Macacão 1500 standard branco tam. G (It. 04 QT 568); Luvas de procedimento não cirúrgico tam. M (It 05. QT.100).** Para atendimento aos pacientes portadores do Coronavírus (COVID 19), com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020. Vigência 06 meses. Termo de Referencia 56/2020 Solicitação da Subsecretaria Executiva (3938502).

Empresa: PREMIUM MEDICAMENTOS (Contratação: 2020001923)

Valor: R\$ 1.836.823,00 (4071069)

Classificação Orçamentária:

PT: 2961.10.302.0461.8341 – ED 3390.30.03 – Fonte 122

Rosângela Ayres de Souza

Coordenação de Execução Orçamentária

ID: 1755584-1

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Ayres de Souza, Coordenadora**, em 06/04/2020, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4089287** e o código CRC **59761158**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 4089287

Rua México 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Contratos/SES

Encaminhamos para ciência da emissão da Nota de Empenho e prosseguimento dos trâmites.

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2020

GABRIELL NEVES
Subsecretário Executivo
ID funcional: 5010163-3



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos, Subsecretário**, em 06/04/2020, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4090600** e o código CRC **085CAE80**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 4090600

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Contratos/SES

Considerando a emissão de NAD e Empenho, retornamos o presente processo para prosseguimento.

Carlos Frederico Verçosa Duboc
Superintendente de Orçamento e Finanças
ID 5097645-1

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Frederico Versoça Duboc, Superintendente**, em 08/04/2020, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4123556** e o código CRC **C8DF995B**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 4123556

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Execução Orçamentária /SES

Encaminhamos o presente, conforme solicitação verbal.

Maria Luiza Lessa
Coordenação de Contratos
ID: 4336438-1

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Maria Luiza Lessa, Coordenadora**, em 16/04/2020, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4229179** e o código CRC **73028B3D**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 4229179

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES
FUNDO ESTADUAL DE SAUDE

CONFERIDA

01-No. do processo
E-08/ 001/00
 02-Data
26/03/2020
 04-Rubrica

Nota de Autorização de Despesa - NAD - 2020001923000202

Bloco 1 - Dados de Identificação

05 - Especificação da NAD/Evento	06-Categoria de gastos	6-Inversões
1-Empenhamento da Despesa (400091)	1-Pessoal e Encargos	7-Amort. l.
2-Reforço de Empenho (400092)	2-Juros e Enc. Dívida Interna	8-Amort. l.
3 3-Anulação do empenho (400093)	4 3-Juros e Enc. Dívida Externa	9-Out.De
4-Canc. restos a pagar do exec. imediat. anterior (400094)	4-Despesas Correntes	
5-Canc. restos a pagar de outros exercícios (400097)	5-Investimentos	

Bloco 2 - Dados do Órgão

07-Secretaria/Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES	08-Unidade Orcamentária. 2961	09-Adiantar 2
10-Unidade Gestora Executora FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	11-Unidade Orcamentária FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	
12-Programa de trabalho 2961.10.302.0461.8341	13-P.t.resumido 298341	14-Fonte detalhada 22
15-Nat. des 3390300	16-Tipo de crédito 1 1-Orçamento Geral e Suplementar 2-Especial 3-Extraordinário	17-Domicílio bancário Banco 237 Agência 6898-5 Conta corrente 2720-0

Bloco 3 - Dados de Identificação do Favorecido

18 - Nome PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA										
19 - Endereço ESTRADA DO GALEAO, 1334, LOJA A		20 - Domicílio bancário <table><tr><td>Banco 001</td><td>Agência 05495</td><td>Conta correntista 1589150</td></tr></table>			Banco 001	Agência 05495	Conta correntista 1589150			
Banco 001	Agência 05495	Conta correntista 1589150								
21 - Cidade RIO DE JANEIRO		22 - Estado RJ		23 - CEP 21100-000						
24 - Código <table><tr><td>1</td><td>1 - CNPJ</td><td>3 - INSCR.GENÉRICA</td></tr><tr><td></td><td>2 - CPF</td><td>4 - UG/GESTÃO</td></tr></table>		1	1 - CNPJ	3 - INSCR.GENÉRICA		2 - CPF	4 - UG/GESTÃO	25 - Número 26.214.156/0001-69		26 - Insc. estadual 26214156000169
1	1 - CNPJ	3 - INSCR.GENÉRICA								
	2 - CPF	4 - UG/GESTÃO								
				27 - Insc.municipal 26214156000169						

Bloco 4 - Dados para Emissão de Empenho/Anulação

28-Espécie 3 1-Ordinário 3-Estimativo 5-Global	29-Valor 1.836.823,00
30-Valor por extenso UM MILHAO, OITOCENTOS E TRINTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E VINTE E TRES REAIS	

31-Descrição da despesa
ANULAÇÃO TOTAL DA NAD Nº 2020001923000112 E DA 2020NE02557, POR EQUÍVOCO NO ELEMENTO DE DESPESA E TR
DE RECURSOS.

Bloco 5 - Cronograma de desembolso

Janeiro	0,00	Maio	0,00	Setembro	
Fevereiro	0,00	Junho	0,00	Outubro	
Marco	0,00	Julho	0,00	Novembro	
Abril	1.836.823,00	Agosto	0,00	Dezembro	

Bloco 6 - Dados da Licitação

32-Tipo 0-Pregão Presencial	4-Concorrência	8-Sup. Fundos	12-Ad.Reg.Preço Ext.Pregão	33-Data de abertura	34-Númer
5 1-Concurso	5-Dispensa	9-Pregão Eletrônico	13-Ad.Reg.Preço Ext.Concorrência		
2-Convite	6-Inexigível	10-Ad.Reg.Preço Int Pregão			
3-Tomada de preços	7-Não aplicável	11-Ad.Reg.Preço Int.Concorrência			

36-Base legal
ARTIGO 24 LEI FEDERAL NO. 8.666/1993

Bloco 7 - Autenticações

37-EMISSOR LUCIANA SILVA IORIO ASSIST. TÉCNICO DESENVOLVIMENTO	38-Ato de delegação	39-Matricula 014604
41-ORDENADOR MARIA OZANA GOMES ASSESSORA CHEFE DA SUBSECRETARIA EXECUTIVA	42-Ato de delegação RESOLUÇÃO SES1783/2019	43-Matricula 5097715-6
45-RATIFICADOR	46-Ato de delegação	47-Matricula

PORTARIA CG No. 15 DE 18 DE DE



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES
FUNDO ESTADUAL DE SAUDE

CONFERIDA

01-No. do processo
E-08/ 001/00
 02-Data
26/03/2020
 04-Rubrica

Nota de Autorização de Despesa - NAD - 2020001923000300

Bloco 1 - Dados de Identificação

05 - Especificação da NAD/Evento	06-Categoria de gastos	6-Inversões
1-Empenhamento da Despesa (400091)	1-Pessoal e Encargos	7-Amort. l
2-Reforço de Empenho (400092)	2-Juros e Enc. Dívida Interna	8-Amort. l
1 3-Anulação do empenho (400093)	4 3-Juros e Enc. Dívida Externa	9-Out.De
4-Canc. restos a pagar do exec. imediat. anterior (400094)	4-Despesas Correntes	
5-Canc. restos a pagar de outros exercícios (400097)	5-Investimentos	

Bloco 2 - Dados do Órgão

07-Secretaria/Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES	08-Unidade Orcamentária. 2961	09-Adiantar 2
10-Unidade Gestora Executora FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	11-Unidade Orcamentária FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	
12-Programa de trabalho 2961.10.302.0461.8341	13-P.t.resumido 298341	14-Fonte detalhada 25
15-Nat. des 3390306	16-Tipo de crédito 1 1-Orçamento Geral e Suplementar 2-Especial 3-Extraordinário	17-Domicílio bancário Banco 104 Agência 0199 Conta corrente 00625019-2

Bloco 3 - Dados de Identificação do Favorecido

18 -Nome				
PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA				
19- Endereço			20-Domicílio bancário	
ESTRADA DO GALEAO, 1334, LOJA A			Banco 001	Agência 05495
			Conta co 1589150	
21-Cidade			22-Estado	
RIO DE JANEIRO			RJ	
23-C			21	
24-Código		25-Número		26-Insc. estadual
1 - CNPJ		3 - INSCR.GENÉRICA		27-Insc.municipal
2 - CPF		4 - UG/GESTÃO		
1		26.214.156/0001-69		

Bloco 4 - Dados para Emissão de Empenho/Anulação

28-Espécie 3 1-Ordinário 3-Estimativo 5-Global	29-Valor 1.836.823,00
--	---------------------------------

30-Valor por extenso
UM MILHAO, OITOCENTOS E TRINTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E VINTE E TRES REAIS

31-Descrição da despesa
CONTRATO 037/2020 - AQUISIÇÃO DO MATERIAL- MASCARA COMUM DESCARTÁVEL EM TNT DUPLA CAMADA (IT. 01 QT 3 TRIPLA COM TIRAS, CIRÚRGICA DESCARTÁVEL (IT. 02 QT. 2000); MACACÃO 2300 STANDARD AMARELO TAM. M (IT. 03. MACACÃO 1500 STANDARD BRANCO TAM. G (IT. 04 QT 568); LUVAS DE PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO TAM. M (IT 05. ATENDIMENTO AOS PACIENTES PORTADORES DO CORONAVÍRUS (COVID 19), COM BASE NA LEI 13.979 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020, E AINDA O DECRETO Nº 46.966 DE 11 DE MARÇO DE 2020. VIGÊNCIA DE 06 MESES. TERMO DE REFERÊNCIA: SOLICITAÇÃO DA SUBSECRETARIA EXECUTIVA (3938502).C/C Nº 00625019-2

Bloco 5 - Cronograma de desembolso

Janeiro	0,00	Maio	0,00	Setembro	
Fevereiro	0,00	Junho	0,00	Outubro	
Março	0,00	Julho	0,00	Novembro	
Abril	1.836.823,00	Agosto	0,00	Dezembro	

Bloco 6 - Dados da Licitação

32-Tipo 0-Pregão Presencial	4-Concorrência	8-Sup. Fundos	12-Ad.Reg.Preço Ext.Pregão	33-Data de abertura	34-Número
5 1-Concurso	5-Dispensa	9-Pregão Eletrônico	13-Ad.Reg.Preço Ext.Concorrência		
2-Convite	6-Inexigível	10-Ad.Reg.Preço Int.Pregão			
3-Tomada de preços	7-Não aplicável	11-Ad.Reg.Preço Int.Concorrência			

36 Base legal
ARTIGO 24 INCISO IV LEI FEDERAL NO. 8.666/1993

Bloco 7 - Autenticações

37-EMISSOR LUCIANA SILVA IORIO ASSIST. TÉCNICO DESENVOLVIMENTO	38-Ato de delegação	39-Matricula 014604
--	---------------------	-------------------------------

41-ORDENADOR MARIA OZANA GOMES ASSESSORA CHEFE DA SUBSECRETARIA EXECUTIVA	42-Ato de delegação RESOLUÇÃO SES1783/2019	43-Matricula 5097715-6
45-RATIFICADOR	46-Ato de delegação	47-Matricula

PORTARIA CG No. 15 DE 18 DE DEZ



Nota de Empenho

Encerrado até Março

Identificação		
Unidade Gestora	Número do Documento	Data de Emissão
296100 - FES	2020NE02741	16/04/20
Credor	Valor	
26214156000169 - PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA	1.836.823,00 (Hum milhão e oitocentos e trinta e seis mil e oitocentos e vinte e três reais)	
Tipo de Empenho	NE Original	
Anulação	2020NE02557	

Classificação		
Natureza	339030 - Material de Consumo	
Unidade Orçamentária	29610 - Fundo Estadual de Saúde	F
Programa de trabalho	10.302. 0461. 8341 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar	
Id. uso	0 - Não destinado à contrapartida	
Fonte	122 - Adicional do ICMS - FECF	
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - Sem Detalhamento	
Detalhamento de Fonte	000000 - Sem detalhamento	
Tipo de Área Geográfica	2 - ESTADO	
Área Geográfica	3300000 - ESTADO	
Plano Interno	000000000000 - Plano Interno nao identificado	
Unidade Gestora Responsável	000000 - UG não identificada	
LME	03 - Manutenção, atividades e projetos finalísticos	
Convênio de Receita	000000 - Convênio não identificado	
Convênio de Despesa	000000 - Convênio não identificado	
Contrato	20000564 - AQUISIÇÃO DO MATERIAL MASCARA COMUM DESCARTÁVEL COVID 19	
Programa de Financiamento Externo/Interno	0 - Indefinido	
Chave SIGA	2020001923000202	

Detalhamento		
Modalidade do empenho	Estimativo	Modalidade de Licitação
		05 - Dispensa
		Embasamento Legal
		Lei nº 8.666/1993, Art. 24, Inciso
Origem de Material	1 - Origem nacional	Data de Entrega
		Local de Entrega
Processo	SEI- UF	Município
		Rio de Janeiro
		Rio de Janeiro

Itens			
Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Classificação Complementar	Valor
Material de Consumo	03 - UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS		1.836.823,00

Cronograma		
Abril	1.836.823,00	

Saldo Dotação			
Crédito disponível Antes NE	Crédito indisponível Antes NE	Valor do Empenho	Saldo Após Empenho
483.101.381,64	0,00	0,00	484.938.204,64

Observação	
Anulação total da NAD nº 2020001923000112 e da 2020NE02557, por equívoco no elemento de despesa e troca da fonte de recursos.	

Produtos				
Produto	Quantidade	Und. Fornec.	Preço Unitário	Preço Total
Anulação total	1	UN	1.836.823,00	1.836.823,00

Descrição: Anulação total da NAD nº 2020001923000112 e da 2020NE02557, por equívoco no elemento de despesa e troca da fonte de recursos.



Nota de Empenho

Encerrado até Março

Identificação				
Unidade Gestora 296100 - FES		Número do Documento 2020NE02742	Data de Emissão 16/04/20	
Credor 26214156000169 - PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA		Valor 1.836.823,00 (Hum milhão e oitocentos e trinta e seis mil e oitocentos e vinte e três reais)		
Tipo de Empenho		NE Original		
Classificação				
Natureza	339030 - Material de Consumo			
Unidade Orçamentária	29610 - Fundo Estadual de Saúde		F	
Programa de trabalho	10.302. 0461. 8341 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar			
Id. uso	0 - Não destinado à contrapartida			
Fonte	225 - Sistema Único de Saúde- SUS			
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - Sem Detalhamento			
Detalhamento de Fonte	000000 - Sem detalhamento			
Tipo de Área Geográfica	2 - ESTADO			
Área Geográfica	3300000 - ESTADO			
Plano Interno	000000000000 - Plano Interno nao identificado			
Unidade Gestora Responsável	000000 - UG não identificada			
LME	03 - Manutenção, atividades e projetos finalísticos			
Convênio de Receita	000000 - Convênio não identificado			
Convênio de Despesa	000000 - Convênio não identificado			
Contrato	20000564 - AQUISIÇÃO DO MATERIAL MASCARA COMUM DESCARTÁVEL COVID 19			
Programa de Financiamento Externo/Interno	0 - Indefinido			
Chave SIGA	2020001923000300			
Detalhamento				
Modalidade do empenho	Estimativo	Modalidade de Licitação	05 - Dispensa	Embasamento Legal ART. 24
Origem de Material	1 - Origem nacional	Data de Entrega		Local de Entrega
Processo	SEI-080001/007047/20	UF	Rio de Janeiro	Município Rio de Janeiro
Itens				
Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Classificação Complementar	Valor	
Material de Consumo	06 - MATERIAL LABORATORIAL /MATERIAL HOSPITALAR		1.836.823,00	
Cronograma				
Abril	1.836.823,00			
Saldo Dotação				
Crédito disponível Antes NE	277.333.079,37	Crédito indisponível Antes NE	0,00	Valor do Empenho 0,00
				Saldo Após Empenho 275.496.256,37
Observação				
Contrato 037/2020 - Aquisição do Material- Mascara comum descartável em TNT dupla camada (IT. 01 QT 3250); Mascara tripla com tiras, Cirúrgica descartável (It. 02 QT. 2000); Macacão 2300 standard amarelo tam. M (It. 03 QT. 139); Macacão 1500 standard branco tam. G (It. 04 QT 568); Luvas de procedimento não cirúrgico tam. M (It 05. QT.100), para atendimento aos pacientes portadores do Coronavírus (COVID 19), com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020. Vigência de 06 meses. Termo de Referencia 56/2020. Solicitação da Subsecretaria Executiva (3938502).C/C Nº 00625019-2				
Produtos				
Produto	Quantidade	Und. Fornec.	Preço Unitário	Preço Total
Aquisição de material de consumo	1	UN	1.836.823,00	1.836.823,00
Descrição: Contrato 037/2020 - Aquisição do Material- Mascara comum descartável em TNT dupla camada (IT. 01 QT 3250); Mascara tripla com tiras, Cirúrgica descartável (It. 02 QT. 2000); Macacão 2300 standard amarelo tam. M (It. 03 QT. 139); Macacão 1500 standard branco tam. G (It. 04 QT 568); Luvas de procedimento não cirúrgico tam. M (It 05. QT.100), para atendimento aos pacientes portadores do Coronavírus (COVID 19), com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020. Vigência de 06 meses. Termo de Referencia 56/2020. Solicitação da Subsecretaria Executiva (3938502).C/C Nº 00625019-2				



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva

C/v: À Coordenação de Contratos/SES.

Após a emissão da NAD nº 2020001923000202 e 000300 e Nota de Empenho nº 2020NE02741 e 02742, informamos.

Despesa 01: Anulação total da NAD nº 2020001923000112 e da 2020NE02557, por equívoco no elemento de despesa e troca da fonte de recursos.

Valor da anulação: R\$ 1.836.823,00

Classificação Orçamentária:

PT: 2961.10.302.0461.8341 – ED 3390.30.03 – Fonte 122

Despesa 02: Contrato 037/2020 - Aquisição do Material- Mascara comum descartável em TNT dupla camada (It. 01 QT 3250); Mascara tripla com tiras, Cirúrgica descartável (It. 02 QT. 2000); Macacão 2300 standard amarelo tam. M (It. 03 QT. 139); Macacão 1500 standard branco tam. G (It. 04 QT 568); Luvas de procedimento não cirúrgico tam. M (It 05. QT.100), para atendimento aos pacientes portadores do Coronavírus (COVID 19), com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020. Vigência de 06 meses. Termo de Referencia 56/2020. Solicitação da Subsecretaria Executiva (3938502). c/c nº 00625019-2

Empresa: PREMIUM MEDICAMENTOS (Contratação: 2020001923)

Valor: R\$ 1.836.823,00 (4071069)

Classificação Orçamentária:

PT: 2961.10.302.0461.8341 – ED 3390.30.06 – Fonte 225 c/c nº 00625019-2

Rosângela Ayres de Souza

Coordenação de Execução Orçamentária

ID: 1755584-1

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Ayres de Souza, Coordenadora**, em 16/04/2020, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4233077** e o código CRC **84F7D124**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 4233077

Rua México 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À COORDENAÇÃO DE CONTRATOS/SES

Autorizo a despesa descrita na NAD nº 2020001923000202 e 2020001923000300 documento nº 4232811, referente à Anulação total da NAD nº 2020001923000112 e da 2020NE02557, por equívoco no elemento de despesa e troca da fonte de recursos e à Contrato 037/2020 - Aquisição do Material- Mascara comum descartável em TNT dupla camada (IT. 01 QT 3250); Mascara tripla com tiras, Cirúrgica descartável (It. 02 QT. 2000); Macacão 2300 standard amarelo tam. M (It. 03 QT. 139); Macacão 1500 standard branco tam. G (It. 04 QT 568); Luvas de procedimento não cirúrgico tam. M (It 05. QT.100), para atendimento aos pacientes portadores do Coronavírus (COVID 19), com base na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020. Vigência de 06 meses. Termo de Referência 56/2020. Solicitação da Subsecretaria Executiva (3938502). c/c nº 00625019-2

Desse modo, segue para liquidação e certificação da despesa, caso a instrução permita, com posterior envio a Coordenação de Execução Financeira para emissão da programação de desembolso e pagamento.

Rio de Janeiro, 23 de Abril de 2020.

IRAN AGUIAR
Subsecretário Executivo
ID Funcional: 5098188-9

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 4242201

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO

PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA.

1 - VILTON JUAREZ GARÇA LIMA, [REDACTED]

2- SYLVIO CESAR RIBEIRO DA SILVA, [REDACTED]

3- YAN DISKIN, [REDACTED]

1ª. A sociedade girará sob o nome empresarial de PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA. e adota a expressão de nome fantasia CASA DO FARMACEUTICO, terá sua sede nesta Cidade à Estrada do Galeão nº 1334 Loja A, Jardim Carioca, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 21931-522.

2ª. O capital social será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal correspondente a R\$ 1,00 (hum real), totalmente integralizados, neste ato, em moeda corrente no País, pelos sócios, na seguinte proporção:

YAN DISKIN	50.000 quotas R\$ 50.000,00
VILTON JUAREZ GARÇA LIMA	40.000 quotas R\$ 40.000,00
SYLVIO CESAR RIBEIRO DA SILVA	10.000 quotas R\$ 10.000,00

3ª. O objeto social serão os serviços de vacinação e imunização humana, estrutura de apoio e assistência a paciente no lar, drogaria e perfumaria, comercio varejista de cosméticos e artigos de toucador.

4ª. A sociedade iniciará suas atividades em 08 de setembro de 2016 e seu prazo de duração é indeterminado.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA
Nire: 33210232797

Protocolo: 0020163434018 - 15/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 21/09/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 9D13ECA452D59992D62DB72477EA47970AB7D1057205CEB26096D424D16A0CD2

Arquivamentos: 33210232797, 00002951297 - 21/09/2016


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

5ª. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

4862690 A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

7ª. A gerencia e administração da sociedade caberá aos sócios, em conjunto ou separadamente, com poderes e atribuições de administrar e gerir os negócios da firma autorizados ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização de outro sócio.

8ª. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

9ª. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

10ª. A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

11ª. Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

12ª. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

13ª. O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não est(ao) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de

[Redacted signature area]

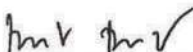
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA
Nire: 33210232797

Protocolo: 0020163434018 - 15/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 21/09/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 9D13ECA452D59992D62DB72477EA47970AB7D1057205CEB26096D424D16A0CD2

Arquivamentos: 33210232797, 00002951297 - 21/09/2016


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peite ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

4862651

14ª. Fica eleito o foro do Rio de Janeiro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento.

Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2016.

VILTON JUAREZ GARÇA LIMA

YAN DISKIN

SYLVIO CESAR RIBEIRO DA SILVA

35º Ofício de Notas da Capital RJ - Notário Dr. Renato Vilarinho
Est. do Galeão, 961, Loja B, Ilha do Governador-21 3353-6717
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de VILTON JUAREZ GARÇA LIMA,
YAN DISKIN e SYLVIO CESAR RIBEIRO DA SILVA.
Rio de Janeiro-RJ, 14 de setembro de 2016-14:35:43. Cód.:00032066-0
MATEUS DE LIMA E SILVA - ESCRIVENTE
Quantidade 2-Empluamentos R\$:9,88- Taxas R\$ 3,48 - Total R\$13,36
EBTF75923-TEB, EBTF75924-GBE, Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Matheus de Lima e Silva
Metrícula: 9419309

18º Ofício de Notas - Notário Luis Vitoriano Vieira Tel: 2259-8897
Est. do Galeão, 2315 Lj. "6" - RJ - Tel. 2259-8897 / Nº 1200948
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
SYLVIO CESAR RIBEIRO DA SILVA - 267/55-EBT
F87653-1YY. #
Rio de Janeiro, 14 de Setembro de 2016 - 14:51:31
1- Em Testemunha da Verdade
GIRENE BARBOSA DA SILVA - Autorizado - GBS
Firma 4,94 + FETJ 0,98 + Fundos 0,76 = R\$ 6,68
EBTF87653-1YY Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA
Nire: 33210232797

Protocolo: 0020163434018 - 15/09/2016

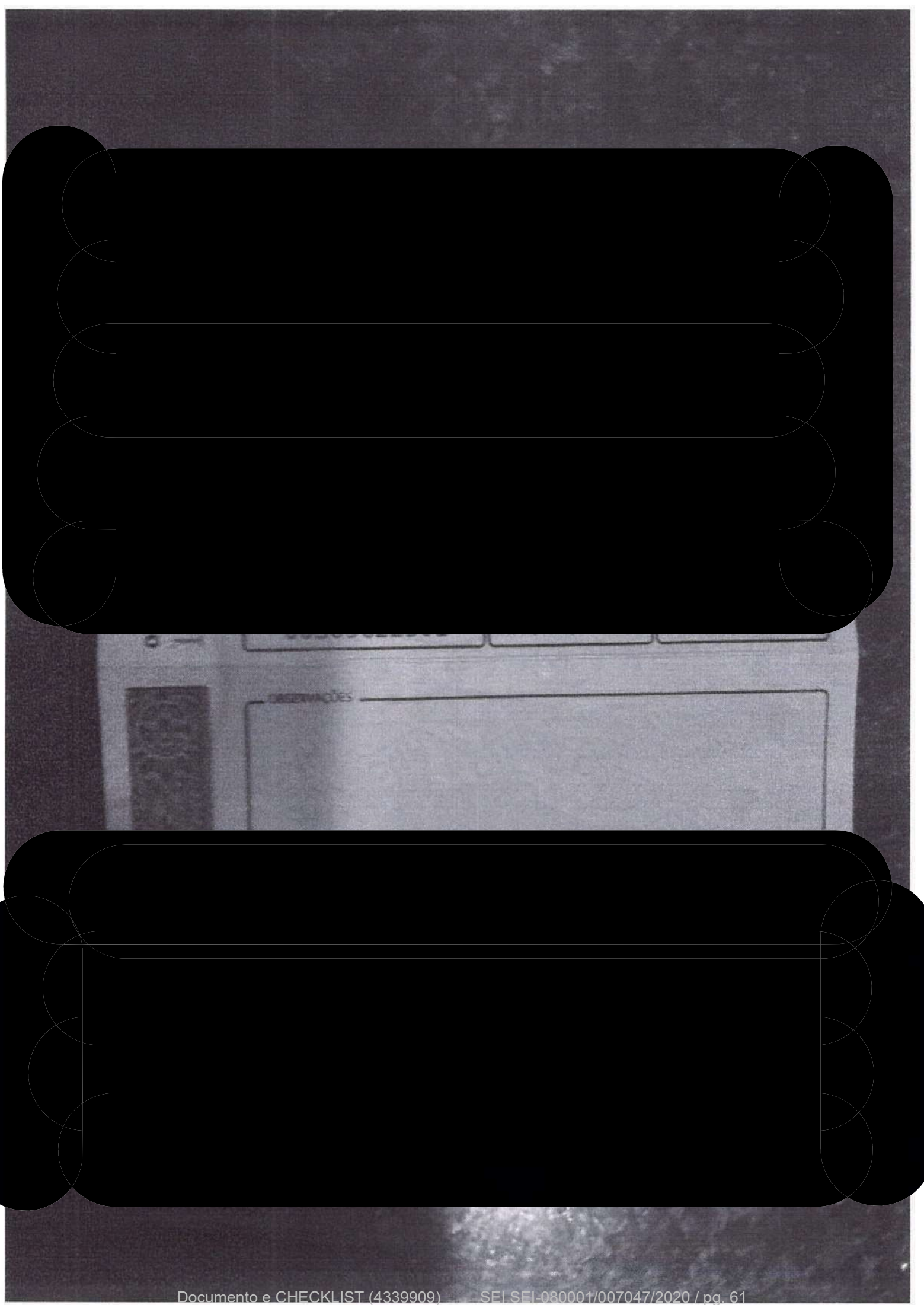
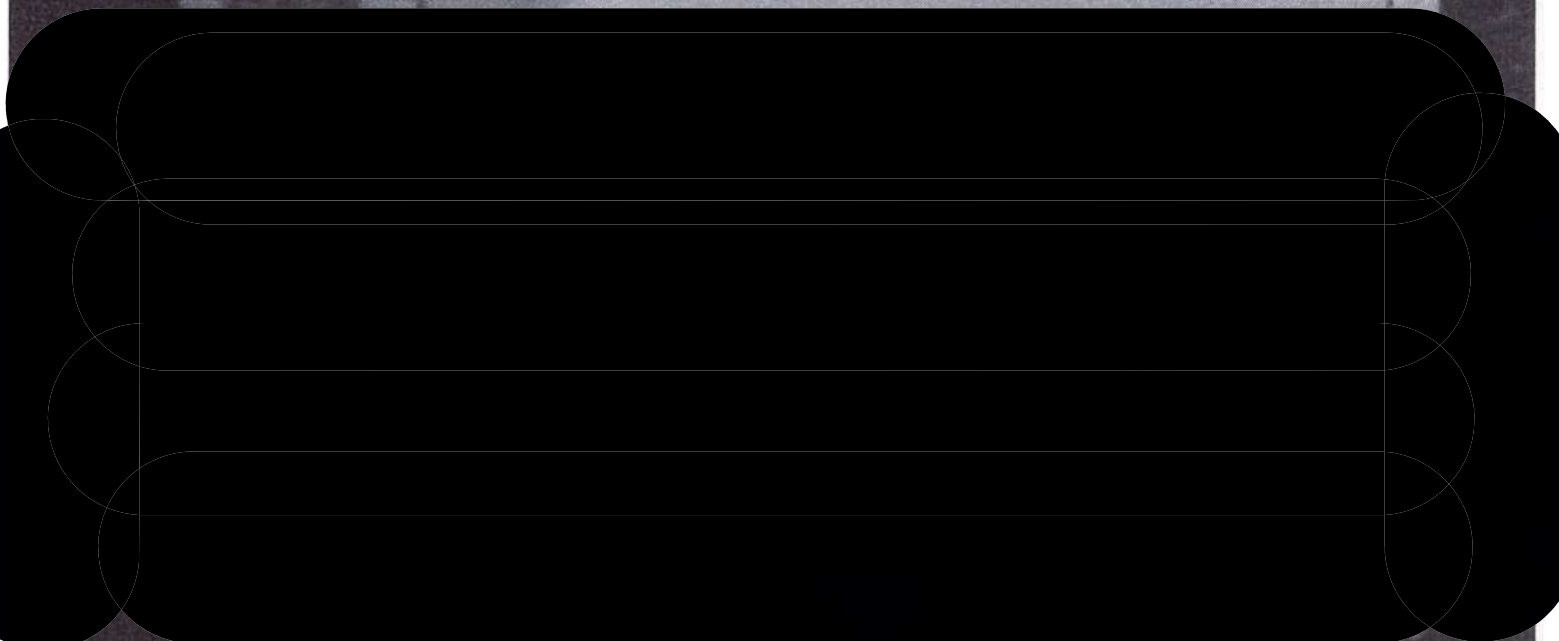
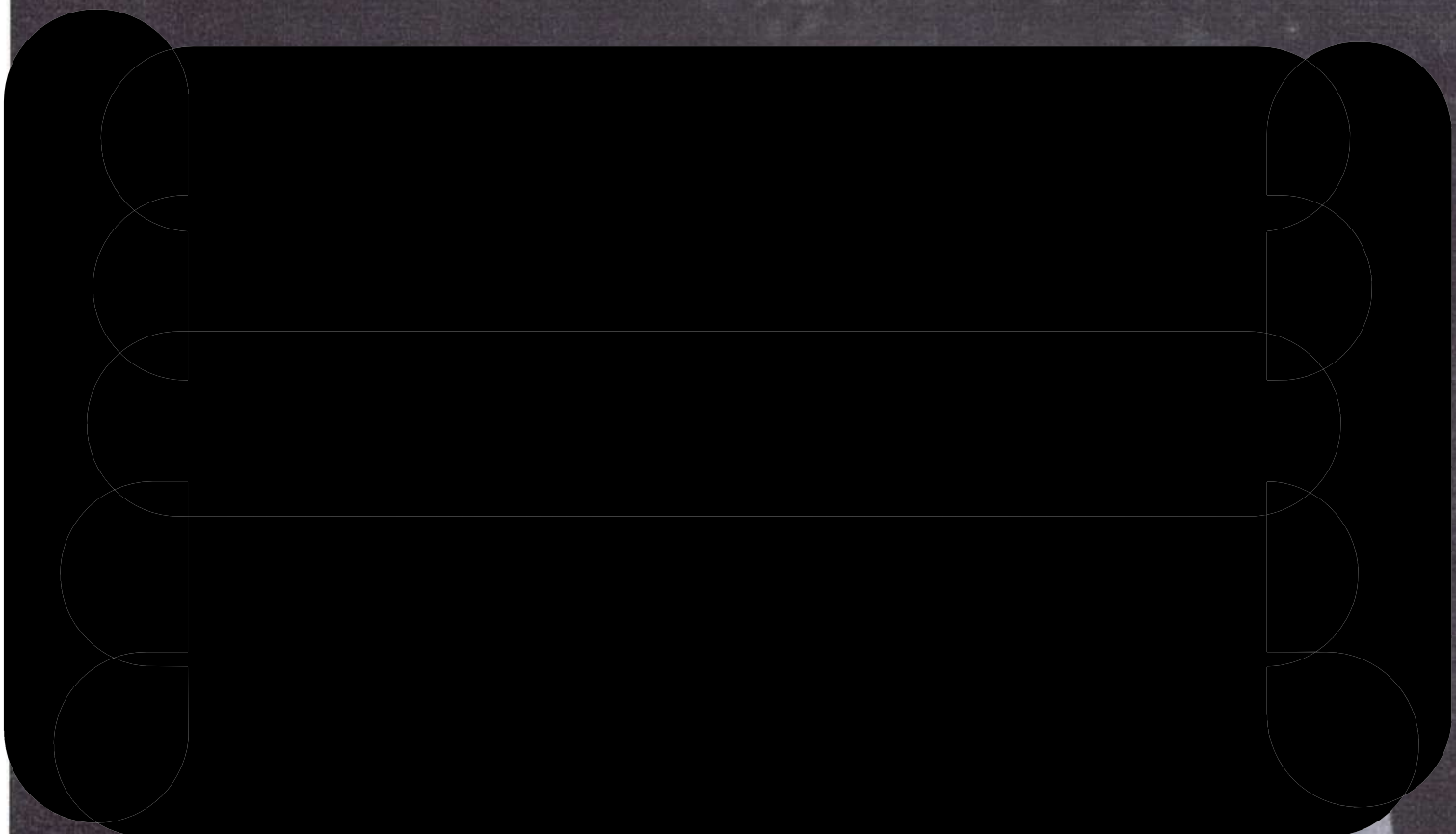
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 21/09/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 9D13ECA452D59992D62DB72477EA47970AB7D1057205CEB26096D424D16A0CD2

Arquivamentos: 33210232797, 00002951297 - 21/09/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

CODIGO DE ACESSO
RJ.86.78.66.94 - 00.002.337.159.752

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)
PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDANº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

101 Inscrição de primeiro estabelecimento
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ☐ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável☐ PrepostoNOME
YAN DISKIN

CPF

LOCAL E DATA

ASSINATURA (carimbo e/ou firma (reconhecida))

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA UNIDADE
CADASTRADORA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 05 de maio de 2016

<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpj/consulta.asp>

1/1

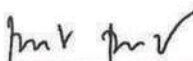
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA
Nire: 33210232797

Protocolo: 0020163434018 - 15/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 21/09/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 9D13ECA452D59992D62DB72477EA47970AB7D1057205CEB26096D424D16A0CD2

Arquivamentos: 33210232797, 00002951297 - 21/09/2016


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

Sistema Integrado de Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**CNPJ/CPF**

26.214.156/0001-69

Inscrição Estadual

87.224.686

Data da concessão da inscrição

21/09/2016

Nome empresarial

PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA ME

Título do estabelecimento

CASA DO FARMACEUTICO

Natureza Jurídica

Sociedade Empresária Limitada

Regime de apuração

Simples nacional

Tipo de unidade do estabelecimento

Unidade Operacional

Endereço do estabelecimentoETR DO GALEAO, 1334 LOJA A
JARDIM CARIOCA - RIO DE JANEIRO RJ 21.931-522**Situação cadastral**

Habilitada

Data da situação cadastral

11/05/2019

Atividades econômicas (CNAE)**Principal**

47.71-7/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SEM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS

Secundárias47.72-5/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL
87.12-3/00 - ATIVIDADES DE FORNECIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO E ASSISTÊNCIA A PACIENTE NO DOMICÍLIO**Unidade de cadastro**

AFR 64.09 - Auditoria-Fiscal Regional da Capital - Irajá

Unidade de fiscalização

AFR 64.09 - Auditoria-Fiscal Regional da Capital - Irajá

Observação

Contribuinte optante do Simples Nacional desde 01/01/2020. Em regra, documentos fiscais emitidos não geram crédito de ICMS.

Comprovante emitido nos termos da Resolução SEFAZ nº 720/2014, Parte II, Anexo I, em 02/04/2020 18:25:48.

Código de autenticidade: 87224686044766671.



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria de Tributação e Fiscalização
Coordenadoria do ISS e Taxas

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	DATA DA INSCRIÇÃO
1.023.742-4	22/09/2016

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

NOME OU NOME EMPRESARIAL	PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA ME
NOME FANTASIA	PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA ME
CPF OU CNPJ	26.214.156/0001-69
ATIVIDADES ECONÔMICAS	225886 - ESTRUTURA DE APOIO E ASSISTENCIA A PACIENTE NO LAR 225410 - VACINACAO E IMUNIZACAO HUMANA, SERVICOS DE 427012 - DROGARIA E PERFUMARIA 427071 - PERFUMARIA ART DE TOUCADOR E COSMETICOS-COM VAR 427144 - COSMETICOS - COM VAR
RESTRIÇÕES	VEDADOS INCOMODOS E PREJUIZOS A VIZINHANCA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO ISS	1
GERÊNCIA REGIONAL DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO	8
ENDEREÇO COMPLETO	ETR DO GALEAO, 1334, LOJ A JARDIM CARIOCA 21931-522
SITUAÇÃO CADASTRAL	ATIVO
DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL	28/09/2016

Aprovado pela Resolução SMF Nº 2829 de 09 de dezembro de 2014.

Emitido no dia **02/04/2020** às **18:18**.

00-2016/343401-8
JUCERJA

20 set 2016 15:40
Guia: 102095218

Atos: 102,203

PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA

HASH: S16093434018T

Guia e exigência no
mesmo local da entrada. Junta - Calculado: 351,00 Pago: 351,00
DNRC - Calculado: 21,00 Pago: 21,00

ULT. ARQ:

(Vide tabela 1)

00-2016/343401-8
JUCERJA

15 set 2016 16:02
Guia: 102095622

Atos: 102,203

PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA

HASH: S16093434018Q

At Cumprir a exigência no
mesmo local da entrada. Junta - Calculado: 351,00 Pago: 1173,00
DNRC - Calculado: 21,00 Pago: 21,00

ULT. ARQ:

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA
Protocolo: 00-2016/343401-8 - 15/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 21/09/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
3321023279-7
DATA: 21/09/2016
Bernardo F. S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nº DE CÓDIGO CÓDIGO
VIAS DO ATO DO EVENTO QDE. DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA ME
Nire: 33.2.1023279-7
Protocolo: 00-2016/343401-8 - 15/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 21/09/2016, E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO.
00002951297
DATA: 21/09/2016
Bernardo F. S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome:

Assinatura:

Telefone de contato:

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.
A decisão.

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

21.09.16
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

Presidente da

Turma

Vogal

Vogal

OBSERVAÇÕES:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA
Nire: 33210232797

Protocolo: 0020163434018 - 15/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 21/09/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 9D13ECA452D59992D62DB72477EA47970AB7D1057205CEB26096D424D16A0CD2

Arquivamentos: 33210232797, 00002951297 - 21/09/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26.214.156/0001-69 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/09/2016
NOME EMPRESARIAL PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CASA DO FARMACEUTICO		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.71-7-01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 86.30-5-06 - Serviços de vacinação e imunização humana		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO EST DO GALEAO	NÚMERO 1334	COMPLEMENTO LOJA A
CEP 21.931-522	BAIRRO/DISTRITO JARDIM CARIOCA	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO
		UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (21) 3902-6053	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/09/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 02/04/2020 às 18:01:57 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº: 04-2020/552906

Código de verificação de autenticidade: 55a00fbf0b14801d550a994b729513e8

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ: 26.214.156/0001-69	CAD-ICMS: Ativo
NOME / RAZÃO SOCIAL: PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA ME	
<p>CERTIFICAMOS, para os fins de direito, e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a RECEITA ESTADUAL para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 03/04/2020 ÀS 08:01:46</p> <p>VÁLIDA ATÉ: 02/07/2020</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04/08/2017</p>	
OBSERVAÇÕES	
<p>Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004.</p> <p>A autenticidade desta certidão pode ser confirmada pela Internet (http://www10.fazenda.rj.gov.br/SATI-FiscoFacil/publico/autenticidadeHashCertidao/consultaAutenticidadeHash.xhtml).</p> <p>A verificação de débitos é efetuada pelo CNPJ do requerente, abrangendo sua regularidade fiscal e de estabelecimentos que porventura possuir com mesma raiz de CNPJ. A razão social, quando indicada, é informação apenas ilustrativa.</p> <p>O campo CAD-ICMS atesta a situação do CNPJ do requerente no Cadastro Estadual de Contribuintes do ICMS: ATIVO - estabelecimento inscrito e ativo; DESATIVADO - estabelecimento inscrito e desativado; NÃO INSCRITO - estabelecimento sem qualquer inscrição. No caso de estabelecimento inscrito no CAD-ICMS, sua identificação deverá ser obtida pelo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (www.fazenda.rj.gov.br).</p> <p>A condição de não-inscrito ou desativado não desobriga o requerente de possuir inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro caso exerça atividade relacionada no artigo 20 do Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/2014.</p>	



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Pedido de Certidão do ISS

Data: 2/4/2020

Internet - Validade 60 dias

É obrigatório agendar o comparecimento ao plantão fiscal no Portal Carioca Digital (<https://carioca.rio>).
Endereço: Rua Afonso Cavalcanti, 455, Anexo, 3º andar, Recepção do ISS - Cidade Nova.

Solicito Certidão do ISS para Empresa - Inscrição: 10237424

CNPJ 26.214.156/0001-69

NOME OU RAZÃO SOCIAL PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA ME

REQUERENTE

IDENTIDADE

ASSINATURA

Para concessão da Certidão Negativa, de Regularização e Positiva do ISS - modelos 1, 2 e 5, apresentar os seguintes documentos:

- a. Protocolo devidamente preenchido e assinado;
- b. Atos constitutivos:
 - Contrato Social de constituição da sociedade e todas as alterações dos últimos 5 anos, incluindo a última consolidação;
 - ou Registro de Firma Mercantil Individual;
 - ou Estatuto Social e Ata de Eleição da atual diretoria (originais ou cópias legíveis autenticadas);
- c. Procuração com firma reconhecida, caso o requerimento da certidão não tenha sido assinado pelo titular, sócio-gerente ou diretor com poderes de representação (original ou cópia autenticada);
- d. Identidade do signatário do requerimento (original ou cópia autenticada);
- e. Guias de recolhimento do ISS (próprio e/ou retido de terceiros) que tenham sido pagas nos últimos dois dias úteis;
- f. Livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência - modelo 2 – somente para contribuintes constituídos em data anterior a 01/06/2014 e que não tenham obtido certidão após esta data;
- g. Livro Registro de Entradas de Materiais e Serviços de Terceiros (REMAS) - modelo 4, se houver deduções no Registro de Apuração do ISS para a Construção Civil (RAPIS) - modelo 5 - somente para contribuintes constituídos em data anterior a 01/05/2013 e que não tenham obtido certidão após esta data;
- h. O portador da documentação que comparecer ao plantão fiscal deverá estar legalmente habilitado para representar o interessado, munido de identidade pessoal e procuração;
- i. O protocolo de agendamento ou a senha de atendimento.

Observações:

1. As declarações de ausência de movimento econômico deverão ser efetuadas, por meio do sistema da NFS-e – NOTA CARIOCA;

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 26.214.156/0001-69

Razão Social: PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA ME

Endereço: ESTRADA DO GALEAO 1334 LOJA A / JARDIM CARIOCA ILHA / RIO DE JANEIRO / RJ / 21931-522

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

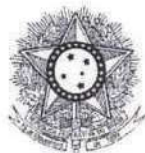
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/03/2020 a 03/07/2020

Certificação Número: 2020030604341404428050

Informação obtida em 26/03/2020 08:44:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 26.214.156/0001-69

Certidão nº: 7657753/2020

Expedição: 02/04/2020, às 18:08:39

Validade: 28/09/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.214.156/0001-69**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR


O interessado abaixo identificado DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.


IDENTIFICAÇÃO	
Empresa: PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA	CNPJ: 26214156/0001-69
Signatário (s): VILTON JUAREZ G. LIMA	CPF: 013.033.677-77

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?

SIM	NÃO
	X

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020




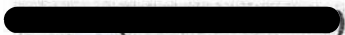
(Vilton Juárez G. Lima)


DECLARAÇÃO

A empresa PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26214156/0001-69, DECLARA, para os devidos fins, que não possui, em sua cadeia produtiva, funcionários deficientes e reabilitados.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020



(Vilton Juarez G. Lima)




LICITACAO.

20000222090003
RECIBO: 121622
SELO: EDKK89258OLG
Modelo: ESPECIAL

1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO
Delegatário: Lélío Gabriel Heliodoro dos Santos

ATENÇÃO: A FINALIDADE EXCLUSIVA desta certidão, que identifica e define sua utilização, é declarada pelo requerente e integra seu conteúdo material.

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOSO REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E
COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

A) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, INSOLVÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DISTRIBUIDAS A UMA DAS VARAS EMPRESARIAIS.

DESDE QUATRO DE ABRIL DE DOIS MIL ATÉ QUATRO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE (04/04/2000 ATÉ 04/04/2020), dele(s)*****

*** * * * * NADA CONSTA * * * * ***

Relativamente ao nome de PREMIUM MEDICAMENTO - CNPJ: 26.214.156/0001-69*****

Rio de Janeiro, Capital em 08/04/2020. QUALIFICAÇÃO conf. requerido.
TOTAL: R\$ 118,19. EU, Oficial Substituto a assino.CERTIDÃO ESPECIAL - (ART.21, § 1º, IV CNCGJERJ)
ESTA CERTIDÃO REFERE-SE ÚNICA E
EXCLUSIVAMENTE AO ASSUNTO REQUERIDO.Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDKK 89258 OLG
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>RICARDO DA COSTA MEIRELES
Oficial Substituto (7)Conferido 08/04/2020
IELVA BARBOSA
CTPS

RIO DE JANEIRO

Certidão em nome de PREMIUM MEDICAMENTO - CNPJ: 26.214.156/0001-69, conforme o requerido.



2º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7º ANDAR - CEP 20011-001

CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

REQUERIDA EM: 07/04/2020

MODELO(C)>> CERTIFICA A a B <<

PARA FINS DE: LICITACAO

Ronaldo Cramer Moraes Veiga - Oficial Registrador

Jorge Constancio Cassas - Substituto

022209

00/01 Pag: 0001

R:1985950

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A e D Á F É

QUE REVENDO OS LIVROS E ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO OU ANDAMENTO SOBRE:

- A - Ações de Falência ou Concordata distribuídas as Varas Competentes, bem como, Inquéritos Judiciais Falimentares ou Falências Dolosas as Varas Criminais ou outras (art.186 da Lei de Falências), Recuperações Judiciais;
- B - Interdições previstas pela Lei no. 6024 desde 13/03/1974, que trata da intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central, do Brasil ou Ministério da Fazenda, desde:

TRES DE ABRIL DE DOIS MIL E ATÉ TRES DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE (03/04/2000 a 03/04/2020) dele(s).....

.....**NADA CONSTA**.....

Relativamente ao Nome de PREMIUM MEDICAMENTO Qualificação: 26214156 000169 (conforme requerido).....

EMITIDA EM: 08/04/2020, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL

EU REGISTRADOR ASSINO.

TOTAL R\$: 118.19

EMOL R\$: 84.24 - PMCMV(2%)R\$: 0.85 - FETJ(20%)R\$: 16.84 - FUNDPERJ(5%)R\$: 4.21 - FUNPERJ(5%)R\$: 4.21 - FUNARPEN(4%)R\$: 3.36 - ISS(5%)R\$: 4.48

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico

EDJG45978-IPW

Consulte a validade do selo em
<https://www3.tjri.jus.br/sitepubl/bo>



Paulo Felipe de
Oliveira Silva
AUTORIZADO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TABELIONATO DO 3º OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS RIO DE JANEIRO - RJ

Rua da Assembleia, nº 10-21º andar-sala 2104-Cep.20011-901 - Tel.:(021)2510-2802

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico

EDIN 69984 NER
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Tabelião VALTER DA SILVA BEZZE

C E R T I D ã O



Nº 0115993

Para a validação deste documento através do QR Code, deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-CartórioRJ, disponível na Apple Store ou Google Play.

O TABELIÃO DO TABELIONATO DO 3º OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO CERTIFICA E DA FÉ que, revistos os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS no período de 07/04/2010 até 07/04/2020(Sete de Abril de Dois Mil e Dez até Sete de Abril de Dois Mil Vinte), deles verificou-se que em nome de : PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA, CNPJ/CPF = 26214156000169(dois* seis* dois* um* quatro* um* cinco* seis* zero* zero* zero* um* seis* nove*)

NÃO CONSTA(M) PROTESTO(S), conforme requerido.

O referido é verdade e dou fé

RIO DE JANEIRO, 09 de Abril de 2020.

Eu SILVANO MENDES digitei e conferi.

Nome Solicitado: *PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA*****

Cnpj/Cpf: 26214156000169

Emolumentos Tab.16 Ato 1 e 2. Lei 3217/99. Lei 4664/05. Lei 111/06. Lei 6281/12. ISS

Cota: R\$*32,32(Tab16.1R\$*1,84+Tab16.2R\$21,38+L3217R\$**4,64+L4664R\$*1,16+L111R\$*1,16+L6281R\$*0,92+ISS R\$*1,22)

Complemento: R\$***0,00(Tab16.2R\$***0,00+L3217R\$***0,00+L4664R\$***0,00+L111 R\$***0,00+L6281R\$***0,00+ISS R\$***0,00)

Ato lavrado e assinado digitalmente.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página <https://validador.e-cartoriorj.com.br>

A certidão eletrônica estará disponível para download no site <https://e-cartoriorj.com.br> pelo período de 90(noventa)dias após sua emissão Provimento CGJ nº89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

CERP: c824d430-67f4-4483-bb35-ba0daef4953c



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTRATOS
PROCESSO: SEI-08/001/007047/2020
EMPRESA: PREMIUM

HABILITAÇÃO JURÍDICA	SIM	NÃO	PRAZO DE VALIDADE
Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhando de documentos de eleição de seus administradores.	X		
Cópia dos documentos dos sócios (PROCURAÇÕES)	X		

DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL			
1 - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)	X		
2 - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio de Certidão de regularidade de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal / Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, com base na Portaria Conjunta RFB nº 1.751, de 02/10/2014.			
3 - Certidão Negativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda. (ICMS)	X		2/7/2020
4 - Certidão da Dívida Ativa para fins de Licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.			
5 - Certidão Negativa de Imposto sobre Serviços de qualquer natureza, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda. (ISS)			
6 - Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	X		3/7/2020
7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	X		28/9/2020

DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO	SIM	NÃO	PRAZO DE VALIDADE
1 - Certidões Negativas de Falências e Concordatas, expedidas pelos Distribuidores da Sede.	X		3/7/2020
OBS: Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Os Licitantes sediados em outros municípios, que não a capital, ou outros Estados da Federação deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração oficial da Comarca de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Offícios de Registros que controlam a distribuição de Falências e Recuperação Judicial. As certidões deverão ter sido expedidas em até 90 (noventa) dias, da data constante, para realização da Licitação.			

DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL	SIM	NÃO	PRAZO DE VALIDADE
1 - Declaração da Empresa de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16(dezesseis) anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.	X		

OBSERVAÇÕES PENDÊNCIAS / REGULARIZAÇÃO			
Dados Banco Bradesco			
SICAF			

Documentos recebidos em
Documentos conferidos em

Assinatura



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA

Certifico, tendo em vista as informações fornecidas pelo Sistema da Dívida Ativa, referente ao pedido **40385/2020**, que no período de **1977 até 02/04/2020 NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o contribuinte abaixo:

RAZÃO SOCIAL: **PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA**

CNPJ: **21.214.156/0001-69** INSCRIÇÃO ESTADUAL: **87.22468.6**

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço <http://www.dividaativa.rj.gov.br>.

CÓDIGO CERTIDÃO: **C28Y.4130.4R11.9034**

Esta certidão tem validade até 30/09/2020, considerando 180 (cento e oitenta) dias após a data da pesquisa cadastral realizada em 03/04/2020 às 18:35:54.7, conforme artigo 11 da Resolução N. 2690 de 05/10/2009.

Em caso de dúvida, recorra a PROCURADORIA:

Procurador - da Dívida Ativa

Rua do Carmo, 27 Térreo, Centro

Emitida em 06/04/2020 às 19:13:49.3


Zimbra

thais.oliveira@saude.rj.gov.br

Fw: RES: ENVIO DE CERTIDÕES - PROC SEI-08/001/007047/2020 - PREMIUM

De : Vilton Lima
<viltonlima@yahoo.com.br>

seg, 06 de abr de 2020 19:24

 1 anexo

Assunto : Fw: RES: ENVIO DE CERTIDÕES -
PROC SEI-08/001/007047/2020 -
PREMIUM

Para : thais oliveira
<thais.oliveira@saude.rj.gov.br>,
Vilton Lima
<viltonlima@casadofarmaceutico.co
m.br>

Responder para : Vilton Lima
<viltonlima@yahoo.com.br>

As imagens externas não são exibidas. [Exibir as imagens abaixo](#)

Prezada Thais Oliveira,

Respondo ao lado de cada solicitação;

Representante pela assinatura do contrato:

Vilton Juarez Garça Lima

Estado Civil solteiro

Função Administrador

Identidade: 08.420.681-2 Detran RJ expedida em 20/12/2019

CPF: 013.033.677-77

- Prova de Regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio de Certidão de regularidade de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal Negativa da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, com base na Portaria Conjunta RFB nº 1.751, de

02/10/2014. Estamos aguardando baixa de pendências de parcelamentos que ainda não consta na receita federal

- Certidão da Dívida Ativa para fins de Licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado. Em anexo
- Certidão Negativa de Imposto sobre Serviços de qualquer natureza, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda. (ISS) Pendente em função da secretaria não esta tendo atendimento presencial
- Certidões Negativas de Falências e Concordatas, expedidas pelos Distribuidores da Sede. OBS: Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Os Licitantes sediados em outros municípios, que não a capital, ou outros Estados da Federação deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração oficial da Comarca de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de Falências e Recuperação Judicial. As certidões deverão ter sido expedidas em até 90 (noventa) dias, da data constante, para realização da Licitação. Solicitada ao cartório e ficara pronto em 6 dias uteis
-
- Dados Banco - Banco do Brasil –
- agencia 0549-5
-
- Conta 158915-6.

Atenciosamente,

Vilton Lima
CEO
Casa do Farmacêutico

21 996198987



Avast logo

Este email foi escaneado pelo Avast antivírus.
www.avast.com



CERTIDÃO A PROCURADORIA DO ESTADO da premium pdf.pdf
61 KB

Zimbra

thais.oliveira@saude.rj.gov.br

ENVIO DE CERTIDÕES - PROC SEI-08/001/007047/2020 - PREMIUM

De : Evanilde Paiva
<fiscal4@humacontabilidade.com.br>

sex, 17 de abr de 2020 08:43

 4 anexos

Assunto : ENVIO DE CERTIDÕES - PROC SEI-
08/001/007047/2020 - PREMIUM

Para : Vilton Lima <cdf.viltonlima@gmail.com>,
Vilton Lima <viltonlima@yahoo.com.br>,
Casadofarmaceuticopm@gmail.com, thais
oliveira <thais.oliveira@saude.rj.gov.br>

As imagens externas não são exibidas. [Exibir as imagens abaixo](#)

Prezados

Respondo ao lado de cada solicitação;

- Prova de Regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio de Certidão de regularidade de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal Negativa da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, com base na Portaria Conjunta RFB nº 1.751, de 02/10/2014. Estamos aguardando baixa de pendências de parcelamentos que ainda não consta na receita federal
- Certidão da Dívida Ativa para fins de Licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado. Em anexo
- Certidão Negativa de Imposto sobre Serviços de qualquer natureza, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda. (ISS) Pendente em função da secretaria não esta tendo atendimento presencial
- Certidões Negativas de Falências e Concordatas, expedidas pelos Distribuidores da Sede. OBS: Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Os Licitantes sediados em outros municípios, que não a capital, ou outros Estados da Federação deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração oficial da Comarca de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de Falências e Recuperação Judicial. As certidões deverão ter sido expedidas em até 90 (noventa) dias, da data constante, para realização da Licitação. Em anexo

-

Att,

Thaís de Oliveira Marques
Analista de Contratos

Coordenação de Contratos - CT
Superintendência de Compras e Licitações - SCL
Secretaria de Estado de Saúde - SES/RJ

Rua México, 128 - 6º andar, sala 605 -Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20031-142
Tel: (21) 2333-3951 / (21) 2333-3921
E-mail:thais.oliveira@saude.rj.gov.br



Avast logo

Este email foi escaneado pelo Avast antivírus.

www.avast.com



CERTIDÃO A PROCURADORIA DO ESTADO da premium pdf.pdf

61 KB



CertidaoRegularidadeFiscal do estado negativa (28).pdf

48 KB



Certidoes Premium.pdf

2 MB



PREMIUM - CRTIDÃO DO 3 OFICIO DE NOTAS.pdf

70 KB

CONTRATO

CONTRATO NÚMERO 037/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE E PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA, PARA AQUISIÇÃO DE DESCARTÁVEIS ESSENCIAIS PARA REALIZAR ATENDIMENTO DOS PACIENTES SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19, NA FORMA ABAIXO:

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº 42498717/0001-55, com sede situada na Rua México, 128, Centro, Rio de Janeiro/RJ, na qualidade e ora designado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, representado neste ato pelo Subsecretário Executivo de Estado de Saúde, Sr. **GABRIELL CARVALHO NEVES FRANCO DOS SANTOS**, portador da Carteira Identidade RG [REDACTED], emitida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], ora denominada AUTORIDADE COMPETENTE, e a empresa **PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA** situada na Est. Do Galeão, nº 1334, Loja A, Jardim Carioca – Rio de Janeiro/RJ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.214.156/0001-69, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por **VILTON JUAREZ GARÇA LIMA**, cédula de identidade nº [REDACTED], expedida pelo DIC/RJ e CPF: [REDACTED], resolvem celebrar o presente contrato de **AQUISIÇÃO DE DESCARTÁVEIS ESSENCIAIS PARA REALIZAR ATENDIMENTO DOS PACIENTES SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19**, através do EMERGENCIAL, nº SEI-080001/007047/2020, que se regerá pela **Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, art. 4º - Combate Coronavírus**, pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979, e pelos Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

O presente contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE DESCARTÁVEIS ESSENCIAIS PARA REALIZAR ATENDIMENTO DOS PACIENTES SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19**, na forma do Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O fornecimento do objeto deverá ser da seguinte forma, de acordo com a Ordem de Fornecedor a ser autorizada pelo Sr. Subsecretário, podendo haver mudança de marca, desde que mantido o padrão e autorizado pelo mesmo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE TOTAL REGISTRADA	UNIDADE de fornecimento	PREÇO UNITÁRIO
01	Máscara c/100 dupla facial com 100 UND. Máscara comum, descartável, em TNT, dupla camada, modelo retangular, com medidas aproximadas: 20 x 10 cm e 3 pregas longitudinais, com dispositivo para ajuste nasal fixado no corpo da máscara, e 4 tiras laterais de comprimento adequado para fixação. Atóxica, hipoalérgica e inodora	3520	CX	R\$ 400,00
02	Máscara tripla c/ tiras cx c/ 50 unid Máscara cirúrgica descartável, material máscara: tecido não tecido, quantidade camada: 3, clip nasal: metálico, formato: simples (retangular), material visor: n/a, gramatura: 30 g/m², filtro: n/d, fixação: amarras, cor: branca	2000	CX	R\$ 225,00

03	Macacão 2300 standard amarelo tam. M Macacão de corpo inteiro com capuz, impermeável com barreira protetora de produtos químicos líquidos inorgânicos (incluindo a penetração por sangue e fluidos corporais) tratamento antiestático. Deverá possuir capuz com ajuste, fechamento com zíper frontal e sobre posição. Deverá possuir elásticos no capuz, cintura e tornozelos. Tamanho: M, cor: amarela.	139	UN	R\$ 189,00
04	Macacão 1500 standard branco tam. G Macacão de corpo inteiro com capuz, impermeável com barreira protetora de produtos químicos líquidos inorgânicos. (incluindo a penetração por sangue e fluidos corporais) tratamento antiestático. Deverá possuir capuz com ajuste, fechamento com zíper frontal e sobre posição. Deverá possuir elásticos no capuz, cintura e tornozelos. Cor: branco, tamanho: G	568	UN	R\$ 89,00
05	Luvras de procedimento não cirurgico tam. M Luva procedimento descartável, tipo: não esterilizada, cor: natural, material: borracha natural (latex), tipo esterilização: n/a, desenho: ambidestra, acabamento: textura uniforme sem falhas, tamanho: médio, espessura: n/d, comprimento punho: formato anatômico da mão e ajuste ao antebraço, lubrificação: pó absorvível.	100	CX	R\$ 100,00

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderá incidir multa de até 20% (vinte por cento), caso haja descumprimento de qualquer Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir de ____/____/____, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato com termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula, podendo ser sucessivamente prorrogado, enquanto perdurar o estado de emergência em Saúde Pública, nos termos do artigo 4º-H, da Lei n.º 13.979/20.24.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência;
 - a.1) a entrega deverá ser previamente agendada na Coordenação Geral de Armazenagem.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.
- g) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.
- h) Cumprir toda e qualquer condição/exigência contida no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2020**, assim classificadas:

Natureza das Despesas: 3390.30.03

Fonte de Recurso: 122

Programa de Trabalho: 2961.10.302.0461.8341

Nota de Empenho:

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato valor total de **R\$ 1.836.823,00 (um milhão, oitocentos e trinta e seis mil, oitocentos e vinte três reais)**.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do cronograma de execução do contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros do **CONTRATANTE**, especialmente designados pela Subsecretaria Executiva, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelos representantes mencionados no parágrafo primeiro, no prazo de 96 (noventa e seis) horas após a entrega do bem/produto;
- b) definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.
- c) Prazo de garantia dos equipamentos: no mínimo 12 (doze) meses, após a instalação dos equipamentos nos locais definidos pela SES. Durante este período, a garantia deverá ser prestada, sem quaisquer ônus para a SES.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE** do **GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto nº 3.149/1980.

PARÁGRAFO QUARTO: Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUINTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO SEXTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **1.836.823,00 (um milhão, oitocentos e trinta e seis mil, oitocentos e vinte três reais)**, a ser realizado conforme cronograma de execução do contrato, sendo o pagamento efetuado na conta corrente nº 158915-6, agência 0549-5, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Estado, podendo haver antecipação de pagamento, mediante autorização e justificativa do Ordenador de Despesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento ao Protocolo Geral/SES da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**, sito à Rua México, nº 128, Térreo, Centro/RJ, após a entrega de cada parcela.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo(s) agente(s) competente(s).

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 2% (dois por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 96 (noventa e seis) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 96 (noventa e seis) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 4º-I da Lei Federal nº 13.979/2020, mediante termo aditivo.

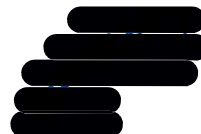
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do PARÁGRAFO PRIMEIRO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea b, do PARÁGRAFO PRIMEIRO:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO PRIMEIRO:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO: Se o valor das multas previstas na alínea b, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEFAZ o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do PARÁGRAFO PRIMEIRO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, o objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº do processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 04 de ABRIL de 2020.


GABRIELL CARVALHO NEVES FRANCO DOS SANTOS
SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DE SAÚDE
CONTRATANTE


VILTON JUAREZ GARÇA LIMA
PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

À Douta Procuradoria,

Em razão da pandemia de COVID-19 houve a edição de decretos estaduais visando à adequação dos normativos relativos às contratações que se fizeram emergentes como decorrência das necessidades de criação de leitos hospitalares e aquisição de materiais médicos para atendimento à população.

Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Saúde, por meio da Subsecretaria Executiva, requisitou a contratação dos materiais, insumos e produtos para atendimento às necessidades aludidas acima. Outrossim, fizemos anexar, para sua pronta análise, planilhas discriminadas dos eventuais vícios e indicadores que mencionaremos a seguir.

Assim sendo, com a deflagração dos procedimentos visando às contratações, observou-se haver indicadores e “red flags”, conforme aludido acima, de eventuais dissonâncias com os normativos regentes da matéria, entre os quais, apenas para pronta referência, citamos o decreto estadual 46.745 de 22 de agosto de 2019.

Entre os indicadores mencionados podemos citar, como exemplo, nos contratos de EPI, o fato de haver empenho, pagamento, assinatura de contrato, mas não haver sido o contrato regularmente publicado. Abaixo segue pequeno recorte demonstrativo do que abordamos aqui.

PROCESSO	OBJETO	UNIDADE	QUANT.	CONTRATO	EMPRESA	VALOR UNIT.	VALOR CONTRATADO	EMPENHADO (R\$)	QNT ENTREGUE	VALOR EFETIVAMENTE PAGO	FONTE DE PAGAMENTO	CONTRATO PUBLICADO	CONTRATO ASSINADO	CONTRATO NADA	COTAÇÕES
SEI-080001/005552/2020	AVENTAL GRAMATURA 25	UNID	900.000	007/2020	CARIOCA MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO LTDA	R\$ 4,40	R\$ 2.640.000,00	R\$ 2.640.000,00	0	R\$ 9.996,00	100	NÃO	SIM		3 COTAÇÕES
SEI-080001/005552/2020	GORRO HOSPITALAR	UNID	6.000.000	007/2020	CARIOCA MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO LTDA	R\$ 0,12	R\$ 720.000,00	R\$ 720.000,00	249900	R\$ 9.996,00	100	NÃO	SIM		3 COTAÇÕES
SEI-080001/005552/2020	LUVA TAMANHO G	CX 100	540.000	009/2020	CARIOCA MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO LTDA	R\$ 27,30	R\$ 14.742.000,00	R\$ 14.742.000,00	34140	R\$ 1.430.456,30	122	NÃO	SIM		3 COTAÇÕES

No caso aqui tratado (EPI) o indicador de eventual vício cingiu-se à falta de regular publicação.

No caso dos procedimentos visando à compra de testes da COVID-19 os indicadores são a falta de ampla pesquisa de preços no mercado não havendo sequer número mínimo de cotações, pagamentos sem a entrega do material adquirido (sem justificativa para a quebra do sinalagma contratual) falta de regular publicação e, inclusive, omissão de assinatura do contratante (Estado).

No que tange aos procedimentos visando à compra de medicamentos observamos, como indicadores, os mesmos problemas mencionados no caso dos procedimentos visando à compra de EPI qual seja, a falta de sua regular publicação.

Já no que se refere aos procedimentos de compra de materiais diversos, tais como oxímetro e seringas os procedimentos restaram apócrifos, à exceção de dois procedimentos que ainda estavam em tratativas. Um desses, apesar de não haver sido assinado gerou a entrega de materiais não havendo comprovação, até a presente data, da efetivação do pagamento em contrapartida.

Em relação aos procedimentos visando à compra de ventiladores e respiradores pulmonares apontamos os seguintes indicadores: Falta de ampla pesquisa de preços não havendo número mínimo de cotações, falta de assinatura contratual do contratante (Estado) além de haver contrato sem regular publicação e encaminhamento de contrato a potencial contratada sem que tenha havido resposta quanto à proposta.

Diante do contexto abordado acima, requeremos sua análise, mediante emissão de parecer jurídico conclusivo, quanto aos seguintes pontos:

- 1) Viabilidade ou não de manutenção das avenças;
- 2) Em caso positivo, quais seriam as possíveis formas de adequação legal?;
- 3) Em caso negativo, quais seriam as possíveis formas de descontinuidade das avenças?;
- 4) No caso dos vícios apontados (“red flags” e indicadores) é possível sua convalidação?
- 5) Em caso positivo, quais as formas de os realizar?
- 6) Há possibilidade de imposição sancionatória por parte do Estado?;
- 7) Em caso positivo, há discricionariedade por parte do gestor na possível aplicação do sancionamento?
- 8) Há necessidade de encaminhamento de peças para órgãos de controle?;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Jurídica / SES

Trata-se de processo administrativo para contratação de empresa para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs), para atendimento aos pacientes acometidos de COVID-19.

Encaminhamos o presente processo para análise e parecer conclusivo, quanto aos pontos descritos no Doc. SEI 4347359, considerando as seguintes informações:

- Termo de Referência (3970483);
- Pesquisa de Mercado (4032113, 4032061);
- Documentação de Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal da empresa (4339909, 4339928, 4339932, 4339935);
- Contrato 037/2020 (4339946).

Subsecretaria Executiva

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Maria Ozana Gomes, Superintendente**, em 27/04/2020, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4347389** e o código CRC **53989090**.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA
CNPJ: 26.214.156/0001-69

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

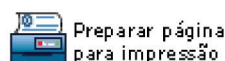
Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 06:02:55 do dia 07/05/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 03/11/2020.

Código de controle da certidão: **7078.F796.84C0.8422**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)





PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
COORDENADORIA DO ISS E TAXAS

Nº Autenticação: **6234223676**

Órgão: F/SUBTF/CIS-1

Controle: 25221/2020

NOME / RAZÃO SOCIAL / ENDEREÇO

PREMIUM MEDICAMENTOS CRX LTDA ME

ETR DO GALEAO 1334

LOJ A

JARDIM CARIOCA RIO DE JANEIRO 21931-522 RJ

CNPJ/CPF

26.214.156/0001-69

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

1.023.742-4

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - Modelo 1

CERTIFICO que, até a presente data, em relação ao contribuinte acima qualificado, não há auto de infração, nota de lançamento, parcelamento, débito confessado em pedido de parcelamento ou nota de débito pendentes do pagamento integral, ou débito escriturado em livro fiscal ou declarado por meio eletrônico, vencidos e não pagos. Fica, entretanto, assegurado ao Município o direito de cobrança de qualquer débito que vier a ser verificado posteriormente, inclusive no que diz respeito às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor. A presente Certidão, válida para todas as inscrições sediadas no Município do Rio de Janeiro, vinculadas aos oito primeiros dígitos do CNPJ ou ao CPF acima, serve como prova perante qualquer órgão público ou privado.

VALIDADE: 180 (cento e oitenta) dias da data da sua expedição.

Certidão expedida com base na Resolução SMF nº 1897, de 23/12/2003 e alterações posteriores.

Rio de Janeiro, 29 de ABRIL de 2020.

HORA:13:46

Carimbo e Assinatura do Fiscal de Rendas

OBSERVAÇÕES

A autenticidade desta certidão **deverá** ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Fazenda na internet no endereço <http://www.rio.rj.gov.br/smf>

O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial unificado de Arrecadação de tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples Nacional no últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por certidão de Situação Fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Jurídica

À Subsecretaria Executiva

Segue o Parecer Conjunto nº 023/2020 – SES/SJ/AJ/FMF/DT (4729626).

DANIELLE TUFANI ALONSO Procuradora do Estado do Rio de Janeiro Assessora-Chefe da Secretaria de Estado de Saúde ID Funcional nº 42666112	FELIPE DE MELO FONTE Procurador do Estado do Rio de Janeiro Subsecretário Jurídico da Secretaria de Estado de Saúde ID Funcional nº 4334827-0
---	--

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **danielle tufani alonso, Assessora Chefe**, em 18/05/2020, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **felipe de melo fonte, Procurador**, em 18/05/2020, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4729466** e o código CRC **8EB68211**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 4729466

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

Parecer Conjunto nº 023/2020 – SES/SJ/AJ/FMF/DT

PROCESSO Nº SEI-080001/007047/2020

CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA. ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS - COVID-19. AQUISIÇÃO DE MATERIAL. REQUISITOS DOS ARTIGOS 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F E 4º-H, TODOS DA LEI Nº 13.979/20. DECRETOS ESTADUAIS NºS 46.966/20 E 46.991/20. ENUNCIADO Nº 18 E 39 DA PGE-RJ. ARTIGO 22, *CAPUT* E §1º, DA LINDB. ART. 52, *CAPUT*, DA LEI ESTADUAL Nº 5.427/09. CONSIDERAÇÕES.

1. Da consulta

Cuida-se de expediente encaminhado à Assessoria Jurídica – ASJUR para análise e parecer sobre a minuta de contrato para a aquisição de material - Mascara comum descartável em TNT dupla camada (IT. 01 QT 3250); Mascara tripla com tiras, Cirúrgica descartável (It. 02 QT. 2000); Macacão 2300 standard amarelo tam. M (It. 03 QT. 139); Macacão 1500 standard branco tam. G (It. 04 QT 568); Luvas de procedimento não cirurguco tam. M (It 05. QT.100)) -, no valor de R\$ 1.836.823,00 (um milhão, oitocentos e trinta e seis mil, oitocentos e vinte e três reais), celebrado com fundamento na dispensa de licitação prevista na Lei nº 13.979/20, visando ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (2019-nCoV) e reconhecida Lei nº 13.979/20 e pelo Decreto Estadual nº 46.966/20.

No presente processo constam os seguintes documentos: a) termo de referência inicial (3970483); b) proposta encaminhada por representante da empresa contratada (4032113, 4032061); c) manifestação da Coordenação de Compras (4071072); d) documentos de habilitação e checklist das empresa (4339909, 4339928, 4339932, 4339935); e) Classificação orçamentária (4071258); f) Nota de autorização de despesa (4089112); g) nota de empenho (4089223); h) Contrato 037/2020 (4339946); i) solicitação de emissão de parecer (4347359).

É o relatório.

Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Jurídica
Rua México, nº 128 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro / RJ – Brasil – CEP. 20.031-143
Tel: 55 (21) 2333-3702
www.saude.rj.gov.br

2. Registros preliminares

A análise toma por base os elementos constantes neste processo até a presente data. À luz do que dispõem os artigos 132, da Constituição Federal de 1988¹, e 2º, IV, da Lei Complementar nº 15/80², Lei nº 5414/2009³ e Decreto Estadual nº 40.500/2007 cabe-nos prestar consultoria sob o aspecto estritamente jurídico, relativamente aos atos formulados pela própria Secretaria de Estado ou pelas entidades da Administração Indireta, sem adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Assim sendo, a manifestação produzida pela ASJUR, em que pese ser de natureza obrigatória, não é vinculativa para o gestor, que pode dela discordar, devendo, para tanto, **apresentar as razões de fato e de direito que lhe deem sustentação**⁴.

Realizadas tais considerações, passa-se a análise solicitada.

3. Da análise da contratação

O texto constitucional⁵ prevê a realização do procedimento licitatório como regra geral para a compra de bens e contratação de obras e serviços pela Administração Pública, sendo excepcional a contratação direta, limitando-se às hipóteses em que a competição, embora materialmente possível, não é exigida em razão de determinadas peculiaridades fáticas, ou em decorrência de outros princípios que regem a atividade administrativa.

¹ Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

² **Art. 2º** - A Procuradoria Geral do Estado tem autonomia administrativa e financeira, dispondo de dotação orçamentária própria. Suas atribuições são as previstas no artigo 176 e parágrafos da Constituição do Estado, competindo-lhe:

(...)
IV - o exercício de funções de consultoria jurídica da administração direta, no plano superior, inclusive no que respeita às decisões das questões interadministrativas, bem como emitir pareceres, normativos ou não, para fixar a interpretação governamental de leis ou atos administrativos;

³ **Art. 2º Às Assessorias Jurídicas das Secretarias de Estado compete:**

I – assessorar os titulares das pastas no controle interno da legalidade dos atos dos órgãos das Secretarias de Estado e dos entes da Administração Indireta;

(...)

VI – examinar e aprovar, previamente, observadas as minutas padronizadas pela Procuradoria-Geral do Estado, as minutas de editais de concurso público, de licitação, de contratos, convênios, ajustes e acordos, inclusive de natureza trabalhista;

VII – opinar, previamente, sobre os atos em que se pretenda reconhecer a inexigibilidade ou decidir pela dispensa de licitação, ressalvados, a critério do administrador, os atos de dispensa em razão do valor.

⁴ PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; DOTTI, Marinês Restelatto. *Da responsabilidade de agentes públicos e privados nos processos administrativos de licitação e contratação*. 1ª ed. São Paulo: NDJ, 2012, pág. 138.

⁵ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Deve-se consignar que o fato da lei permitir que determinadas contratações dispensem a realização de prévia licitação, não equivale dizer que prescindam de prévio procedimento administrativo, no qual se assegure a observância aos princípios da legalidade e da isonomia, para a celebração do contrato administrativo.

Dito isto, passa-se à análise do caso concreto.

3.1. Da dispensa de licitação com fundamento na Lei nº 13.979/20 e no Decreto Estadual nº 46.991/20

A licitação dispensável, prevista no artigo, IV, 24 da Lei nº 8.666/93⁶, trata dos casos em que o procedimento é possível, mas não obrigatório em razão de emergência ou calamidade pública. Esse regramento, contudo, é insuficiente e inadequado – especialmente no cenário de crise atual – porque continua a incidir um modelo de contratação ineficiente.⁷

O presente caso, portanto, enquadra-se nos termos da Lei nº 13.979/20 (alterada pela Medida Provisória nº 926/20), cujo objetivo é estabelecer medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Dentre as diversas medidas, a referida lei determina o seguinte no artigo 4º, *caput* e §1º:

“Art. 4º - É **dispensável a licitação** para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º - A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é **temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.**”⁸
(grifou-se)

Ainda que se trate de situação em que a licitação é dispensável, em respeito à moralidade e à probidade administrativa, faz-se necessária a instauração de processo administrativo, em que se assegurem os princípios da legalidade e moralidade.

Considerando o momento processual em que a presente análise é feita, consigna-se que o exame se debruçará sobre os atos até aqui praticados, com especial atenção aos requisitos listados nos artigos 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F E 4º-H, todos da Lei nº 13.979/20, e no Decreto estadual nº 46.991/20, ou seja: a) justificativa para a presumida situação de emergência;

⁶ Art. 24. É dispensável a licitação:
(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

⁷ JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveirs & Talamini, 2020, Kindle Version, Location 1.067-3136.

⁸ Em âmbito estadual aplica-se o Decreto nº 46.991/20.

b) apresentação de termo de referência; c) razões de escolha do contratado; d) estimativa de preço; e) adequação orçamentária.

Entretanto, antes da análise de tais requisitos, é preciso esclarecer que o presente parecer está sendo proferido em momento posterior à contratação, merecendo considerações quanto a isso.

3.1.1. Da análise jurídica posterior à contratação: aplicação do artigo 22, *caput* e §1º, da LINDB

A presente contratação fora celebrada antes da análise jurídica, em franca contrariedade ao que determina do artigo 38, VI e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93⁹, aplicável subsidiariamente às contratações submetidas à Lei nº 13.979/20¹⁰. Caso fosse adotada a legalidade estrita, poder-se-ia cogitar a nulidade do presente ajuste, justamente por não cumprir um requisito necessário para a maioria dos procedimentos de contratação.¹¹

Porém, essa não parece ser a melhor posição.

Em que pese a obrigatoriedade do parecer, a ausência do controle preventivo configura mera irregularidade administrativa, que não importa necessariamente a nulidade do ajuste, sendo sanável, desde que não haja dano à atividade administrativa ou ao interesse público.¹²

Mas, ainda que haja vício grave no processo, é possível a convalidação¹³ se se constatar que a invalidação trará mais prejuízos ao interesse público do que a sua manutenção, conforme

⁹ Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

¹⁰ Assim também entende Marçal Justen Filho. (JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveirs & Talamini, 2020, Kindle Version, location 713-3136)

¹¹ Nesse sentido: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 512; e CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 30. ed. atual. De acordo com o Novo CPC e com a Lei nº 13.256, de 04.02.2016. São Paulo: Atlas, 2016. p. 143. Na mesma toada, em voto proferido no julgamento do Processo nº 011.135/20018 do Tribunal de Contas da União - TCU, o Ministro Relator entendeu que **a apresentação posterior do parecer jurídico não é capaz de sanar a irregularidade**. Isso porque, se acrescentada após a realização da contratação, a manifestação da assessoria não poderá servir de suporte à decisão do administrador, de forma que não cumprirá sua finalidade. Veja-se: "*Outra irregularidade que não foi elidida consiste na ausência do pronunciamento do órgão jurídico acerca da minuta do contrato, em contrariedade ao parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93. Como bem asseverou a analista da Secex/PE (fl. 516, vol. 8), a apresentação posterior do parecer jurídico (fls. 503/504, vol. 8) não sana a irregularidade, pois, se não constava anteriormente nos autos do processo licitatório, não poderia ter servido de suporte para a decisão do Administrador, não estando atendido, desse modo, o fim visado pela lei de licitações.*" (Acórdão nº 2004/2007, Plenário, Processo nº 011.135/20018, Relator Min. Benjamin Zymler).

¹² JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 16. Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 689.

¹³ Convalidação é o ato administrativo concreto que visa a conservar o ato inválido e/ou seus efeitos. O ato de convalidação somente será cabível se: (a) tiver como pressuposto objetivo (motivo) a existência de um ato administrativo inválido; (b) for possível produzir validamente na atualidade o ato inválido (porque já o seria na época em que foi editado); (c) houver a possibilidade de retroação (efeitos *ex tunc*). MOTTA, Carlos Pinto Coelho. *A estabilidade do contrato administrativo à luz da segurança jurídica*. In: VALIM, Rafael; OLIVEIRA, José Roberto

decisão plenamente motivada, nos termos do artigo 52, parágrafo único, III, da Lei estadual nº 5.427/09¹⁴. Afinal, quanto maior a urgência, mais flexíveis devem ser as exigências formais, sob pena de se sobrepor a forma ao fim ou, dito em outros termos, subjugar o valor constitucionalmente tutelado à forma.¹⁵

Tais premissas se encontram em perfeita sintonia com o artigo 22, *caput* e §1º, da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB, que assim dispõe:

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

Parece razoável, portanto, sustentar que a LINDB provê um argumento **consequencialista** para afastar a exigência referida. Essa situação precisará ser justificada à luz das circunstâncias do caso pelo gestor.¹⁶ Isto foi feito nestes autos, através da justificativa de urgência extrema resultante da pandemia de Covid 19.

Sendo assim, passa-se à análise dos requisitos da contratação.

3.1.2. Da justificativa para a presumida situação de emergência

Para haver contratação direta por dispensa de licitação na Lei 13.979/20, é necessário que a alegada circunstância emergencial¹⁷ fique demonstrada. A fim de facilitar a demonstração, o artigo 4.º-B, estabeleceu que as contratações diretas com fundamento na referida lei presumem-se¹⁸ atendidas as condições de:

Pimenta; DAL POZZO, Augusto Neves (Coord.). *Tratado sobre o princípio da segurança jurídica no direito administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 545-586

¹⁴ Art. 52. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Parágrafo único. Admite-se convalidação voluntária, em especial, nas seguintes hipóteses:

(...)

III. quando, independentemente do vício apurado, se constatar que a invalidação do ato trará mais prejuízos ao interesse público do que a sua manutenção, conforme decisão plenamente motivada.

¹⁵ MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo; GARCIA, Flávio Amaral. *Desastres naturais e as contratações emergenciais*. RDA – revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 265, p. 149-178, jan./abr. 2014.

¹⁶ VITORELLI, Edilson. *A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a ampliação dos parâmetros de controle dos atos administrativos: um novo paradigma*. A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 19, n. 78, p. 195-219, out./ dez. 2019.

¹⁷ Segundo Antonio Carlos Cintra do Amaral, um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. (AMARAL, Antônio Carlos Cintra apud FIGUEIREDO, Lúcia Valle; FERRAZ, Sérgio. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação*. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 49)

¹⁸ A presunção, baseada na verossimilhança, generaliza o que normalmente ocorre em certos casos, estendendo as consequências jurídicas de um fato conhecido a um desconhecido. Daí Brethe de la Gressaye e Laborde-Lacoste (*Introduction Générale à l'Étude du Droit*) dizerem que na presunção considera-se como verdadeiro o que é provável. (GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao estudo do direito*. 49ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 25). Além disso, a presunção que se estabelece ao artigo 4.º-B , I, II, III, da Lei 13.979/20, é absoluta, afastando a

- I - ocorrência de situação de emergência;
- II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;
- III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e
- IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

A presunção absoluta, em relação aos três primeiros incisos, é pertinente, pois, segundo levantamento da universidade norte-americana Johns Hopkins para o COVID-19, foram identificados, globalmente, mais de 3 milhões de casos e centena de milhares de mortes.¹⁹ E, segundo o Relatório de Situação da OMS para o COVID-19 nº 58, de 18.03.2020 (WHO, *Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Situation Report – 58*), há avaliação de risco global muito alto.²⁰

Logo, basta tão somente que o gestor justifique concretamente o vínculo de pertinência, direto ou indireto, do objeto da contratação e as condições prováveis indicadas pelo legislador, havendo presunção relativa²¹ da necessidade do quantitativo de bens apontado no termo de referência nesse caso²².

Foi assim que procedeu o setor requisitante no despacho SEI nº 3938502:

“Conforme orientação e autorização do senhor Subsecretario desta Pasta. Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavirus (COVID 19), com base na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020, bem como demais atos relativos a situação em questão, encaminhamos o presente processo objetivando a adoção das medidas necessárias para as aquisições emergenciais, conforme discricão e quantitativos abaixo.”

3.1.3. Apresentação do termo de referência

Segundo a legislação, o termo de referência é o documento que contém os elementos necessários, suficientes e adequadamente precisos para caracterizar o objeto da licitação e que permite a avaliação do custo e a definição dos métodos e do prazo de execução (artigo 6º, IX, Lei nº 8.666/93 e artigo 11, do Decreto Estadual nº 46.642/19).

Acontece que, diante da situação de emergencial de saúde pública, a Lei nº 13.979/20 permitiu a apresentação de termo de referência simplificado, cujos elementos serão os seguintes:

necessidade de comprovação. (JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveirs & Talamini, 2020, Kindle Version, location 508-3136.)

¹⁹ Mais informações em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>.

²⁰ Mais informações em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200318-sitrep-58-covid-19.pdf?sfvrsn=20876712_2.

²¹ A definição do quantitativo não é, como são as hipóteses dos três incisos anteriores, uma referência externa ao contrato e não-condicionada pela atividade do agente público. Ao contrário, haverá ato decisório do agente estipulando concretamente a dimensão do quantitativo, logo sujeito a controle da ocorrência de dolo. (JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveirs & Talamini, 2020, Kindle Version, Location 1.067-3136)

²² Decreto Estadual nº 46.991/20: Art. 2º - Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto neste Decreto, além das presunções estabelecidas no artigo 4º-B e 4º-E da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, presumir-se-á justificado o quantitativo descrito no Termo de Referência.

a) declaração do objeto; b) fundamentação simplificada da contratação; c) descrição resumida da solução apresentada; d) requisitos da contratação; e) critérios de medição e pagamento; f) estimativas dos preços obtido; e g) adequação orçamentária.²³

Além disso, caso o bem ou serviço que se queira contratar se caracterize como comum²⁴, o artigo 4º-C, da Lei 13.979/20²⁵, dispensa a apresentação de estudo preliminar. Em paralelo, de acordo com o artigo 4º-D, da Lei 13.979/20²⁶, o gerenciamento de riscos somente será exigido na gestão do contrato.

No caso em análise, após a justificativa devidamente trazida aos autos para a contratação pretendida, foi elaborado o termo de referência simplificado. **Contudo, não há informação sobre a pertinência da qualificação profissional do técnico que o assinou ao objeto do processo, devendo tal pendência ser sanada.**

3.1.4. Razões de escolha do contratado

Para as hipóteses de contratação direta de bens e serviços, também deve ser apresentada justificativa fundamentada da escolha do fornecedor ou executante, a qual, conforme orientação do TCU²⁷, sempre que possível, deverá ser feita com base em elementos que demonstrem que: a) o fornecedor possui capacidade técnica compatível com a complexidade e o porte do objeto a ser contratado²⁸ e atende aos requisitos relacionados a habilitação jurídica e a qualificação econômico-financeira²⁹; b) encontra-se em situação de regularidade com a Seguridade Social.

²³ Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o **caput** conterá

I - declaração do objeto;

II - fundamentação simplificada da contratação;

III - descrição resumida da solução apresentada;

IV - requisitos da contratação;

V - critérios de medição e pagamento;

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

a) Portal de Compras do Governo Federal;

b) pesquisa publicada em mídia especializada;

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;

d) contratações similares de outros entes públicos; ou

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e

VII - adequação orçamentária.

²⁴ Consideram-se bens e serviços comuns, por definição legal, “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado” (artigo 1º, parágrafo único, da Lei 10.520/2002). Com efeito, na lição doutrinária de Marçal Justen Filho, “bem ou serviço comum é aquele que se encontra disponível a qualquer tempo num mercado próprio e cujas características padronizadas são aptas a satisfazer as necessidades da Administração Pública”. JUSTEN FILHO, Marçal. *Pregão: comentários à legislação do pregão comum e eletrônico*. 5. ed. São Paulo: Dialética, 2009. p. 37.

²⁵ Art. 4º-C Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.

²⁶ Art. 4º-D O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato.

²⁷ Decisão 627/1999, Plenário.

²⁸ **Enunciado n.º 39 - PGE: Qualificação técnica do licitante**

1. As exigências de qualificação técnica têm por objetivo verificar, pela análise de sua experiência pretérita, se o licitante possui condições técnicas para executar a contento o objeto do certame, evitando que o Poder Público contrate com pessoas desqualificadas.

Excepcionalmente, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço – que se estende à hipótese de prazo de entrega de material³⁰ –, o artigo 4º-F, da Lei nº 13.979/20³¹, dispensa a apresentação de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados os relativos à Seguridade Social e ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do *caput* do artigo 7º da Constituição, cuja obrigatoriedade permanece.

No que concerne à documentação de habilitação da contratada, não cabe à ASJUR e sim aos fiscais do contrato e à Coordenação de Contratos observarem se a empresa contratada possui as condições as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da celebração do instrumento, devendo-se atentar, inclusive, quanto ao prazo de validade das certidões apresentadas.

No entanto, ao que parece, os requisitos de habilitação técnica descritos no item 5 do termo de referência não foram todos comprovados. Basta notar os documentos e certidões encaminhados pela empresa (4339909, 4339928, 4339932, 4339935) para verificar isso. Além disso, consta correspondência eletrônica oriunda da Coordenação de Contratos (4339935) informando que estavam sendo enviadas como anexo Certidão da Dívida Ativa para fins de licitação, expedida pela PGE, e Certidões Negativas de Falências e Concordatas, mas tais documentos não foram, ao que parece, juntados no processo eletrônico.

É imprescindível que tais pendências sejam sanadas. Lembra-se que eventual dispensa de documentos de habilitação dependeria de justificativa idônea e de comprovação de haver restrição de fornecedores, o que também não consta dos autos.

2. Tais exigências: (i) devem ser formuladas à luz do disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, limitando-se àquelas que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações contratuais, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo artigo 30 da Lei n. 8.666/93; (ii) devem ser compatíveis com a complexidade do objeto licitado; (iii) exigem prévia motivação técnica quanto à sua necessidade, suficiência e pertinência dos parâmetros fixados, para não restringir a competitividade e assegurar a plena concorrência entre os participantes.

3. A qualificação técnica inclui tanto a capacidade técnico-operacional, que é relacionada à sociedade empresária, quanto a capacidade técnico-profissional, concernente a sua equipe técnica e/ou responsável técnico.

4. Um único atestado técnico é suficiente para a demonstração da experiência anterior do licitante em relação à execução do objeto licitado, sendo possível o somatório de atestados de períodos concomitantes para comprovar a sua capacidade técnica.

5. A capacidade técnico-operacional não deve ser aferida mediante o estabelecimento de percentuais mínimos que estejam acima de 50% em relação aos quantitativos dos itens de maior relevância.

6. A comprovação do desempenho anterior do profissional envolvido na contratação se dá por meio de atestado de capacidade técnica, na forma do artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93.

7. A identificação e a especificação das atribuições a serem desempenhadas pela equipe técnica e/ou pelo profissional responsável pelo objeto da contratação devem estar previstas no edital e no contrato, em especial em se tratando de serviço técnico profissional especializado, ficando a contratada obrigada a garantir que os referidos integrantes executem pessoal e diretamente o objeto do contrato.

²⁹ **Enunciado n.º 18-PGE:** Além dos requisitos previstos no artigo 26, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, nas situações de contratação direta e indispensável: a) a manifestação das Assessorias Jurídicas, não exigível nas hipóteses do artigo 24, incisos I e II; e b) o atendimento dos requisitos de habilitação pelas empresas contratadas.

³⁰ Decreto Estadual nº 46.991/20: Art. 3º - A restrição de fornecedores ou prestadores de serviço referida no artigo 4º-F da Lei Federal nº 13.970, de 6 de fevereiro de 2020, também se estende ao prazo de entrega de material.

³¹ Art. 4º-F Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do *caput* do artigo 7º da Constituição.

3.1.3 Estimativa de preços

Para os casos de dispensa de licitação é necessário, ainda, que haja justificativa de preço devidamente formalizada no respectivo procedimento, comprovando a adequação dos custos e conformidade dos valores praticados ao de mercado, evitando contratações desastrosas, não vantajosas ou inadequadas. A Administração tem o dever de buscar, sempre, a maior vantagem para o interesse público.³²

No entanto, tratando-se de um período de excepcionalidade, diferentemente do Decreto nº 46.642/19³³ e do enunciado nº 02 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ³⁴, o artigo 4º-E, §1º, VI, da Lei nº 13.979/20 estabelece a possibilidade de a estimativa dos preços se dar por meio de, no mínimo, uma das seguintes fontes:

- a) Portal de Compras do Governo Federal;
- b) pesquisa publicada em mídia especializada;
- c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- d) contratações similares de outros entes públicos; ou
- e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores;

A despeito da possibilidade, é dever do gestor, sempre que possível, obter 3 (três) fontes de referência, nos termos do artigo 1º, §2º, do Decreto Estadual nº 46.966/20³⁵. Caso a estimativa indique que os preços superam as oscilações ocasionadas pela variação de preços, não haverá impedimento à contratação, mas demandará justificativa do gestor.³⁶ **E, ao particular, o ônus de comprovar, ainda que posteriormente (visto que, nesse momento excepcional, o atendimento à população não pode ser obstado), que os preços ofertados à Administração são compatíveis com os praticados no mercado³⁷, vedando-se a majoração sem justa causa³⁸.**

³² JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 16. Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 288.

³³ Apesar de o Decreto nº 46.684/19 ter suspenso a aplicação do Decreto nº 46.642/19, que regula a fase preparatória das licitações públicas estaduais, na presente manifestação adotar-se-á as disposições do Decreto suspenso, de modo a orientar o gestor no trâmite licitatório.

³⁴ Enunciado nº 2 do TCE: As pesquisas de mercado realizadas previamente às contratações no âmbito da Administração Pública não devem se limitar a cotações obtidas junto a potenciais fornecedores, devendo obedecer aos critérios de amplitude e diversificação, de maneira a possibilitar o acesso a fontes de pesquisa variadas e a obtenção das melhores condições de preço, respeitadas as limitações decorrentes da especificidade do objeto contratual.

³⁵ Art. 1º (...) §2º - A estimativa de preços de que trata o artigo 4º-E, §1º, inciso VI, da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, deverá ser obtida, sempre que possível, mediante 3 (três) fontes de referência.

³⁶ Art. 4º-E, §3º, da Lei nº 13.979/20.

³⁷ Item 6.3 da Nota Técnica nº 01, de 27 de março de 2020, do TCE-RJ.

³⁸ **Lei Estadual nº 8.769/2020: Art. 1º** Fica vedada a majoração, sem justa causa, do preço de produtos ou serviços, durante o período em que estiver em vigor o Plano de Contingência do Novo Coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde.

§ 1º Para os fins da definição de majoração de preços de que trata o caput deste artigo deverão ser considerados os preços praticados em 01 de março de 2020.

Mesmo se tratando de um período de emergência, exige-se a estimativa de preços. Apenas em última hipótese, e desde que haja justificativa específica, será dispensada a citada estimativa.³⁹

Na situação em análise, consta apenas a notícia nos autos (4071072) de que a Coordenação de Compras teria buscado empresas do ramo, possíveis interessadas no envio de cotação, tendo recebido proposta apenas da contratada. Todavia, não é possível localizar remessa de e-mails (ou qualquer outro registro formal) com pedido de cotação para quaisquer outros fornecedores. Também não se consultaram outras fontes de pesquisa, como bancos de preços públicos, a exemplo do SIGA e do ComprasNet.

Apesar de não se aplicar aqui o requisito da ampla pesquisa de preços (Lei 13.979/2020), percebe-se que não é razoável a adoção do referido procedimento na estimativa de valores. A norma regulamentadora estadual (Decreto Estadual nº 46.966/20) prescreve ao administrador a obrigação primária de utilizar, salvo impossibilidade, três das fontes de referência previstas na Lei n. 13.979/2020 - e não foi explicada nos autos inviabilidade de obter outros meios de comparação.

A Coordenação de Compras faz referência ao despacho 3938476 da Subsecretaria Executiva, por meio do qual teria sido autorizada a tramitação processual sem a pesquisa de mercado.

Na referida manifestação, a Subsecretaria Executiva afirma tão somente que “o §2º do mesmo artigo dispensa por excepcionalidade a estimativa preços mediante justificativa da autoridade competente, tendo em vista a necessidade de enfrentamento emergencial que o caso requer, sendo um procedimento compulsório neste quadro atípico, AUTORIZO início dos procedimentos sem a pesquisa de mercado”.

Acontece que a mera repetição ou citação do texto normativo não pode ser considerada como justificativa apta a excepcionar a estimativa de preços. O legislador não estabeleceu presunções quanto às oscilações de preços ou restrição de mercado. Por causa disso, deveria haver a demonstração fática da impossibilidade de buscar preços.

O estado de emergência ou calamidade sanitária não é justificativa bastante, por si só, para o abandono da estimativa. Fosse assim, os legisladores nacional e estadual a teriam extirpado de forma categórica das contratações emergenciais da Covid-19, ao invés de a terem prescrito, como fizeram, como regra geral, dispensável apenas mediante *justificativa* da

§ 2º A proibição de que trata o caput deste artigo se aplica aos fornecedores de bens e serviços nos termos do artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor.

³⁹ Art. 4º-E, 2º, da Lei nº 13.979/20.

autoridade competente, como dito na Lei n. 13.979/2020, ou na *impossibilidade* de sua realização, conforme o regulamento estadual.

A deficiência na estimativa dos preços não é um vício apenas desse processo emergencial, mas de tantos outros, tendo levado o i. Procurador Geral do Estado ([4237971](#)), após acolhimento da Promoção Conjunta BBS/CCF/MFC/PE nº 01/2020 ([4238621](#)), a recomendar:

c) Em relação às **estimativas de preços**, recomenda-se:

c.1) primeiramente, **a revisão de todos os processos de contratação direta da Covid-19, com o fim de realizar, naqueles em que ela não tiver se verificado, efetiva estimativa de preços com base no artigo 4º-E, §1º, inciso VI, da Lei Federal nº 13.979/2020 e no artigo 1º, § 2º, do Decreto n. 49.991/2020**, ou, em caso de impossibilidade, a apresentação justificativa circunstanciada de sua dispensa;

c.2) realizada a estimativa de preços e **constatada a celebração de contrato por valores superiores ao estimado, deve o gestor verificar se a diferença decorre de oscilações ocasionadas pela variação de preços**, hipótese em que, mediante circunstanciada justificativa da vantajosidade da manutenção, **poderá ser convalidada a contratação**, nos termos do artigo 4º-E, §3º, da Lei Federal nº 13.979/2020 e do artigo 52 da Lei estadual 5.427/09;

c.3) na hipótese de **constatação de sobrepreço**, ressalvada a hipótese de manutenção da contratação referida no item 'c.2' acima, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, inclusive mediante **glosa/retenção cautelar de pagamentos vincendos ou pendentes, ou, em caso de prévio exaurimento do contrato, suscitar o ajuizamento de medida judicial à Procuradoria Geral do Estado para o ressarcimento**. Nos contratos de execução diferida, deve o gestor avaliar a vantajosidade de se manter a contratação, sobretudo à luz do princípio da continuidade dos serviços públicos. Caso pretenda manter a avença, deverá questionar ao particular contratado se ele concorda com a readequação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao preço obtido na estimativa de preços, devendo abarcar, inclusive, o ressarcimento de valores em excesso já recebidos. Em caso positivo, poderá ser celebrado termo aditivo para convalidação do contrato, consoante artigo 52 da Lei estadual 5.427/09. Caso o gestor não considere vantajosa a manutenção do contrato ou o particular não concorde com a readequação do preço, deve o gestor instaurar processo administrativo em contraditório para fins de decretação de nulidade da contratação..⁴⁰

Por essa razão, salvo a existência de justificativa, deve ser realizada nova estimativa, nos termos do item c.1 do despacho do i. Procurador Geral do Estado. A partir disso, caso se constatem oscilações pela variação de preços, deve-se justificar nos termos do item c.2. Por outro lado, caso haja sobrepreço e o ajuste tenha sido convalidado, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, conforme o item c.3.

⁴⁰ Processo - [SEI-140001/008049/2020](#)

3.1.5. Da adequação orçamentária

De acordo com o artigo 4º-E, §1º, VI, da Lei nº 13.979/20⁴¹, as despesas decorrentes da contratação que se pretende efetivar devem ser precedidas da competente adequação orçamentária⁴², o que foi providenciado (4071258).

4. Da análise da minuta

O instrumento contratual é documento obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites daquelas duas modalidades de licitação. Nos demais casos é facultada à administração sua substituição por outros instrumentos hábeis, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço⁴³.

As cláusulas do contrato nº 037/2020 ([4339946](#)) obedecem parcialmente às prescrições legais vigentes e orientações da PGE. Por esta razão, sugerem-se algumas alterações, por meio de termo aditivo:

- O **parágrafo primeiro da Cláusula Primeira** deve ser adequado à minuta-padrão da PGE, passando a trazer a seguinte redação:

PARÁGRAFO ÚNICO - O fornecimento do objeto será _____, de acordo com a forma indicada no Termo de Referência.

- Recomenda-se a substituição da **cláusula segunda** nos seguintes termos da minuta-padrão da PGE:

“CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O contrato terá prazo de duração de (até seis meses), contados a partir de dd/mm/aaaa, e poderá ser prorrogado por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso cesse a situação de emergência de saúde pública durante a vigência deste contrato, é facultado à CONTRATANTE resilir unilateralmente o contrato.”

- Excluir a **alínea g da cláusula quarta**;
- Excluir a **alínea c** do parágrafo segundo da cláusula sétima;

⁴¹ Art. 14 (...) § 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o **caput** conterà (...)

VII - adequação orçamentária.

⁴² É bom ressaltar que o plenário do STF referendou a liminar proferida no bojo da ADI 6357 para conceder INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO FEDERAL, aos artigos 14, 16, 17 e 24 da Lei de Responsabilidade Fiscal e 114, caput, in fine e § 14, da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2020, para, durante a emergência em Saúde Pública de importância nacional e o estado de calamidade pública decorrente de COVID-19, afastar a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento do contexto de calamidade gerado pela disseminação de COVID-19. STF. ADI 6357 MC/ DF, Relator(a): Min. Alexandre de Moraes. Julgado em: 13.05.2020.

Julgamento: 29/03/2020

⁴³ Art. 62, da Lei nº 8.666/93.

- Deve ser **excluída** a previsão de possibilidade de antecipação de pagamento mediante autorização do ordenador de despesa. A **cláusula nona** deve ser modificada para trazer a seguinte redação, conforme minuta-padrão da PGE:

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (_____), a ser realizado em ____ (____) parcelas, conforme cronograma de execução do contrato, no valor de R\$ _____ (_____) cada uma delas, sendo o pagamento efetuado na conta corrente nº _____, agência _____, de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

- Nota-se na **cláusula décima** da minuta que houve a redução da garantia para o percentual de 2% sem qualquer justificativa antecedente. No entanto, a nota explicativa nº 12 e 12-A da minuta-padrão de compras elaboradora pela d. Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro – PGE/RJ⁴⁴, que vincula e orienta a presente Assessoria, nos termos do Decreto nº 40.500/07⁴⁵, estabelece a necessidade de justificativa da autoridade competente na dispensa ou adoção da garantia. Esta pendência deve ser sanada.
- Deve-se substituir a **cláusula décima primeira** para que preveja a possibilidade de acréscimo ou supressão em até 50% do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da minuta-padrão da d. PGE:

“O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

Nota Explicativa: Se, diante do caso concreto, o gestor decidir pela aplicação do previsto no art. 4º-I, da Lei no. 13.979/2020, deve-se incluir o seguinte dispositivo:

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato..”

⁴⁴ 12) A garantia poderá ser dispensada, e a cláusula suprimida, a critério e com justificativa específica da Autoridade Competente (artigo 56, *caput* da Lei nº 8.666/93).

12.1) Poderá ser adotado percentual de até 5% (cinco por cento), na forma do artigo 56, §2º da Lei nº 8.666/93, a critério e com justificativa específica da autoridade competente.

⁴⁵ Art. 1º - Art. 1º - O Sistema Jurídico do Estado do Rio de Janeiro, sob coordenação da Procuradoria Geral do Estado, é integrado pelos seguintes órgãos:

I - ÓRGÃO CENTRAL: Procuradoria Geral do Estado

II - ÓRGÃOS LOCAIS: Assessorias Jurídicas dos órgãos integrantes da Administração Direta

III - ÓRGÃOS SETORIAIS: Assessorias Jurídicas das entidades integrantes da Administração Indireta

Art. 3º - Compete à Procuradoria Geral do Estado, no exercício do controle e supervisão dos órgãos setoriais do Sistema Jurídico Estadual:

(...)

III - elaborar minutas padronizadas de editais de licitação e de contratos, convênios, ajustes e acordos, inclusive os de natureza trabalhista;

Art. 4º - Compete aos órgãos locais e setoriais do Sistema Jurídico Estadual:

I - observar a orientação técnico-jurídica fixada pela Procuradoria Geral do Estado, cumprindo a todas as suas determinações e recomendações;

- A redação da **cláusula décima terceira** deve ser adequada à minuta padrão da PGE-RJ, recentemente alterada pelo Of.PGE/PG15/CCAPSJ SEI N°09;
- Corrigir a cláusula **décima sexta** da minuta para apresentar a seguinte redação:

“CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.”

- Altere-se a redação da **cláusula décima sétima**, que versa sobre a publicação, para a seguinte redação:

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato os seus dados serão imediatamente disponibilizados em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome da CONTRATADA, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

5. Das medidas juridicamente possíveis para os vícios no procedimento e eventuais inadimplências do contratado

A Subsecretaria Executiva encaminhou os autos para, além da análise da viabilidade jurídica da contratação, esclarecer aos seguintes pontos: 1) Viabilidade ou não de manutenção das avenças; 2) Em caso positivo, quais seriam as possíveis formas de adequação legal?; 3) Em caso negativo, quais seriam as possíveis formas de descontinuidade das avenças?; 4) No caso dos vícios apontados (“*red flags*” e indicadores) é possível sua convalidação?; 5) Em caso positivo, quais as formas de os realizar? 6) Há possibilidade de imposição sancionatória por parte do Estado?; 7) Em caso positivo, há discricionariedade por parte do gestor na possível aplicação do sancionamento? 8) Há necessidade de encaminhamento de peças para órgãos de controle?

5.1. Da validade, vigência e eficácia dos contratos firmados

O contrato é válido a partir do momento que foi assinado pelas partes em conformidade com a ordem jurídica. É vigente a partir do momento em que pode começar a produzir efeitos. E é eficaz desde que produza os seus efeitos.⁴⁶ Com base em tais premissas, o artigo 26, *caput*, da

⁴⁶ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 1183 p.

Lei 8.666/93⁴⁷ estabelece que a eficácia dos contratos fica condicionada à publicação do ato de dispensa ou inexigibilidade na imprensa oficial, no prazo de cinco dias contados de sua ratificação pela autoridade superior.

Ocorre que não pode ser aplicado o artigo 26 da Lei nº 8.666/1993 às contratações regidas pela Lei Federal nº 13.979/2020. E não pode, porque os §2º do artigo 4º, da Lei 13.979/2020⁴⁸, diferentemente da Lei nº 8.666/93, não condicionou a eficácia do ato à prévia publicação. Manteve, assim, a linha lógica e coerente de suas disposições: celeridade, definição do essencial e pontos de controle. O controle social continuará tendo na publicidade um dos instrumentos necessários à efetividade.⁴⁹

Por esse motivo, a vigência e a eficácia do contrato administrativo começam a partir do momento em que se tornou válido, ou seja, da sua assinatura, desde que não haja fixação de maneira diversa no instrumento. E a publicidade, nesse caso, serve apenas para o efetivo controle social, não sendo condição suspensiva como é na Lei 8.666/93.

Eventual ausência de assinatura de uma das partes do contrato e/ou publicação, não descaracterizam a validade do ajuste, bastando que se corrijam tais nos termos do artigo 52, *caput* da Lei 5.427/09⁵⁰, isto é, assinando o contrato e publicando-o imediatamente na forma §2º do artigo 4º, da Lei 13.979/2020.

5.2. Da (ausência de) discricionariedade na aplicação das sanções e na dosimetria das sanções

A Administração Pública e o contratado devem cumprir à risca as suas obrigações, o que é fundamental para a eficiência do contrato. Nesse sentido, o inciso III do artigo 58 da Lei nº 8.666/93⁵¹ outorga à Administração a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos. A rigor jurídico, não se trata de mera prerrogativa, como se fosse uma espécie de faculdade. A

⁴⁷ Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do artigo 17 e no inciso III e seguintes do artigo 24, as situações de inexigibilidade referidas no artigo 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do artigo 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

⁴⁸ Art. 4º (...) § 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

⁴⁹ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby; FERNANDES, Murilo Jacoby; TEIXEIRA, Paulo Roberto; TORRES, Ronny Charles Lopes de. *Direito Provisório e A Emergência do Coronavírus*. Belo Horizonte: Fórum, 2020, p. 67.

⁵⁰ Art. 52. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

⁵¹ Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

(...)

III - fiscalizar-lhes a execução;

Administração tem o **poder-dever** de fiscalizar a execução dos contratos.⁵² Caso constatada a inadimplência do contratado após a fiscalização, exsurge a o poder-dever de a Administração aplicar as sanções pertinentes ao caso concreto, mediante contraditório prévio, com fundamento nos artigos 58, inciso IV, e 87 da Lei nº 8.666/93.⁵³

Portanto, apesar das divergências, não há que se falar em existência de discricionariedade em imposição de sanção administrativa⁵⁴, entretanto, há discricionariedade do administrador na dosimetria da pena, ou seja, em definir o quão grave será a conduta do contratado.⁵⁵

Tal liberdade de valoração não é plena, pois deve obedecer ao prévio e efetivo contraditório, à proporcionalidade na aplicação das sanções⁵⁶ e a dosimetria estabelecida §2º do

⁵² NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação Pública e Contrato Administrativo: Coleção Fórum Menezes Niebuhr*. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 892.

⁵³ Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

IV - **aplicar sanções** motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes **sanções**:

I - advertência;

II - **multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato**;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

⁵⁴ A primeira posição entende que a Administração possui discricionariedade para imposição de sanções aos contratados, não havendo que se falar em tipicidade dos ilícitos contratuais (CRETELLA JÚNIOR, José. *Das licitações públicas*. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 386 e 399). A segunda posição entende que é da natureza das penalidades administrativas, entre as quais inclui as contratuais, “o *abrandamento do rigor na tipificação da conduta que gera o juízo*

de reprovação”, logo a Administração dispõe de espaço discricionário para dosar a penalidade apropriada, desde que cumprido o devido processo legal (PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. *Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública*. 5. ed. Renovar: Rio de Janeiro, 2002, p. 788). A terceira posição frisa pela total ausência de discricionariedade administrativa para imposição de penalidades aos contratados e exige que a tipificação de infrações contratuais seja feita mediante lei (JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 882). A quarta posição é no sentido que as sanções administrativas podem ser aplicadas por “*infringência de norma da Administração estabelecida em lei* (em sentido geral, compreendendo também o regulamento, os cadernos de encargos etc.) ou no próprio contrato”, de maneira que, embora resguarde-se a discricionariedade administrativa, exige-se a tipicidade como requisito para a imposição da sanção. (MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 229.

⁵⁵ GUTIERREZ, Raul Ciampolini. *Discricionariedade na aplicação de sanção administrativa*. Revista Brasileira de Estudos da Função Pública – RBEFP, Belo Horizonte, ano 5, n. 13, p. 75-94, jan./abr. 2016.

⁵⁶ Logo, para **pequenas infrações** que não tenham causado qualquer dano, a Administração deve aplicar a pena de advertência; para a eventualidade de reincidência no cometimento de pequenas infrações, e para as hipóteses de **infrações mais gravosas**, mas que não justifiquem a rescisão do contrato, a pena indicada é a **multa**. Quando houver violação de cláusula do contrato que justifique sua rescisão, deve ser aplicada a **pena de suspensão temporária**. Em hipótese de fraude praticada pelo contratado, deve ser aplicada a pena mais rigorosa, a **declaração de inidoneidade**. Observa-se que a aplicação das duas últimas penas – suspensão temporária e declaração de inidoneidade – **podem ser acumuladas com a aplicação de multa**, nos termos do §2º do artigo 87, Lei 8.666/93. FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de licitações e contratos administrativos*. 6. ed. rev. atual. e ampl. – Belo Horizonte: Fórum, 2015. Pág. 519

artigo 22, da LINDB.⁵⁷ Nesse último caso, a boa-fé do contratado funciona como um redutor parcial da discricionariedade.⁵⁸

5.3. Da manutenção ou extinção dos ajustes

A regra é que as avenças continuem até o seu fim, afinal o contrato administrativo visa ao interesse público. Ainda que haja vício, a primeira alternativa é tentar saná-los. Apenas se houver descumprimento grave a ponto de colocar em risco os direitos fundamentais e as necessidades administrativas é que deve ser rescindido o ajuste⁵⁹, nos termos do artigo 77 e 78 da Lei 8.666/93.⁶⁰ Essa avaliação, frise-se, cabe ao gestor.

Por outro lado, a par da inexecução contratual, admite-se a extinção do ajuste por meio de rescisão amigável⁶¹ (tecnicamente conhecida como resilição ou distrato⁶²), que: (i) não é cabível quando configurada outra hipótese que daria ensejo à rescisão; (ii) somente pode ocorrer quando for conveniente para a Administração; e (iii) não pode, jamais, resultar em prejuízo para o contratante.⁶³⁻⁶⁴ A fixação de tais requisitos serve como limitação da discricionariedade administrativa para a extinção da relação contratual, razão pela qual deve ser observada.

Em ambas hipóteses, deve-se cumprir o artigo 79, §1º, da Lei 8.666/93.⁶⁵

⁵⁷ Art. 22. (...)

§ 2º. Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente. (grifou-se)

⁵⁸ A boa-fé do cidadão perante o direito e a administração pública é capaz de lhe gerar benefícios igualmente em matéria sancionatória. Em outras palavras, o particular que comete infração do direito administrativo (por exemplo, infração administrativa sanitária, ambiental, concorrencial etc.) poderá se beneficiar de uma redução da sanção caso tenha agido de boa-fé, ou seja, caso a violação por ele operada tenha ocorrido sem o intuito de cometer a infração no caso concreto. Note-se, contudo, que essa hipótese não representa um caso de redução integral da discricionariedade administrativa, senão mera redução parcial. MARRARA, Thiago. A boa-fé do administrado e do administrador como fator limitativo da discricionariedade administrativa. – RDA – Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 259, p. 207-247, jan./abr. 2012

⁵⁹ A rescisão, por outro lado, tem cabimento quando o fim do contrato decorre de **descumprimento ou inadimplemento contratual**. Segundo o i. jurista Flávio Amaral Garcia, a rescisão ocorre quando há o inadimplemento de uma das partes, sendo certo que somente a Administração pode rescindir o contrato unilateralmente. GARCIA, Flávio Amaral. *Licitações e Contratos Administrativos - Casos Polêmicos*. 4ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 383.

⁶⁰ Essa possibilidade legal, entretanto, deve ser encarada com a máxima cautela, porquanto não está dando “carta branca” ao administrador público para rescindir qualquer acordo que não esteja sendo executado nas condições preestabelecidas, derivando, isto sim, de uma avaliação séria, cuja conclusão desemboque na certeza do risco ao interesse público. BITTENCOUR, Sidney. *Licitação Passo a Passo: Comentando Todos Os Artigos da Lei Nº 8.666/93 Totalmente Atualizada*. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 634.

⁶¹ Esta hipótese tem previsão expressa no artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

⁶² A resilição, distrato ou rescisão amigável é o desfazimento do contrato por simples manifestação de vontade, ou seja, “ocorre quando as partes simplesmente não mais desejam prosseguir no contrato”. FALCÃO, Joaquim; GUERRA, Sérgio; ALMEIDA, Rafael; VIANNA, Rodrigo. *Direito administrativo contratual*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 150. v. 2.

⁶³ TCU. Processo TC no 008.937/2016-8. Acórdão no 2.612/2016 – Plenário. Relator: ministro Benjamin Zymler.

⁶⁴ Este entendimento, aliás, é corroborado pela Nota 1 constante na minuta-padrão de distrato editada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), a qual salienta que “o instrumento em questão só pode ser firmado se todas as obrigações da contratada tiverem sido, até então, plenamente executadas.”

⁶⁵ Art. 79 (...) § 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

6. Conclusão

Em face do exposto, na forma do artigo 2º, incisos I e VI, da Lei Estadual nº 5.414/2009, opina-se nos seguintes termos:

1. No caso em análise, após a justificativa devidamente trazida aos autos para a contratação pretendida, foi elaborado o termo de referência simplificado pela Superintendência de Logística. Contudo, não há informação sobre a qualificação profissional do técnico que o assina, devendo tal pendência ser sanada para comprovar o vínculo de pertinência com o objeto da aquisição.
2. Ao que parece, os requisitos de habilitação técnica descritos no item 5 do termo de referência não foram todos comprovados. Basta notar os documentos e certidões encaminhados pela empresa (4339909, 4339928, 4339932, 4339935) para verificar isso. Além disso, consta correspondência eletrônica oriunda da Coordenação de Contratos (4339935) informando que estavam sendo enviadas como anexo Certidão da Dívida Ativa para fins de licitação, expedida pela PGE, e Certidões Negativas de Falências e Concordatas, mas tais documentos não foram, ao que parece, juntados no processo eletrônico. É imprescindível que tais pendências sejam sanadas.
1. Deve ser realizada nova pesquisa para estimativa de preços, nos termos do item c.1 do despacho do i. Procurador Geral do Estado. A partir disso, caso se constatem oscilações, deve-se justificar nos termos do item c.2. Por outro lado, caso haja sobrepreço e o ajuste tenha sido convalidado, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, conforme o item c.3;
2. Promova-se as alterações nos contratos, por meio de termo aditivo, nos termos do item 4 do presente parecer;
3. Em especial, faz-se necessário justificar a redução da garantia prevista na cláusula décima da minuta, em respeito à nota explicativa nº 12 e 12-A da minuta-padrão de compras elaborada pela PGE/RJ e alterar a redação da **cláusula nona, excluindo-se a autorização para antecipação de pagamento.**
4. Em resposta à consulta da Subsecretaria Executiva, sugere-se a observância das recomendações traçadas no item 5 do presente parecer;
5. Em paralelo, encaminhe-se à Subsecretaria de Controladoria Geral desta Secretaria Estadual de Saúde.

É o parecer.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2020.



DANIELLE TUFANI ALONSO
Procuradora do Estado do Rio de Janeiro
Assessora-Chefe da Secretaria de Estado de
Saúde
ID Funcional nº 42666112



FELIPE DE MELO FONTE
Procurador do Estado do Rio de Janeiro
Subsecretário Jurídico da Secretaria de Estado
de Saúde
ID Funcional nº 4334827-0



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Compras e Licitações / SES
À Coordenação de Contratos / SES
À Coordenação de Compras / SES
À Superintendência de Logística Suprimento e Patrimônio / SES
À Coordenação de Qualificação de Material/ SES

Trata-se de contratação por dispensa de licitação, para aquisição de **EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)** □ □, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID-19.

Encaminhamos o presente processo para que seja atendido na parte que couber do Parecer Conjunto nº 023/2020 – SES/SJ/AJ/FMF/DT (4729626).

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2020

Subsecretaria Executiva

Referência: Processo nº SEI-080001/007047/2020

SEI nº 4741723

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br